



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JAILSON RODRIGUES
Orientador: Prof. Msc. Alcides José Omena Neto

**DINÂMICA RECENTE DO EMPREGO E DA RENDA EM ALAGOAS EM UM
CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVA**

Santana do Ipanema - AL
2018

JAILSON RODRIGUES

**DINÂMICA RECENTE DO EMPREGO E DA RENDA EM ALAGOAS EM UM
CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal De Alagoas – UFAL, Campus Sertão – Unidade Santana Do Ipanema, como parte dos requisitos para obtenção da graduação do curso Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Msc. Alcides José Omena Neto

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4 - 2058

R696d Rodrigues, Jailson.
 Dinâmica recente do emprego e da renda em Alagoas em um contexto de reestruturação econômica e produtiva / Jailson Rodrigues. - 2018.
 59 f.: il.
 Orientador: Alcides José Omena Neto.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2018.
 Bibliografia: f. 56-59.

 1. Reestruturação econômica e produtiva. 2. Mercado de trabalho.
 3. Emprego. 4. Renda. 5. Alagoas - Brasil. I. Título.

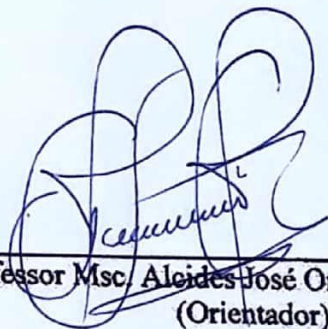
CDU: 330 (813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

JAILSON RODRIGUES

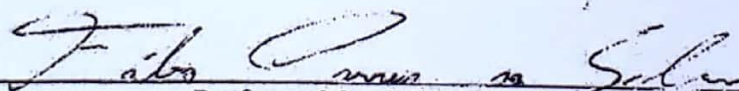
**DINÂMICA RECENTE DO EMPREGO E DA RENDA EM ALAGOAS EM UM
CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão. Aprovado em 20 de dezembro de 2018.



Professor Msc. Alcides José Omena Neto, UFAL
(Orientador)

Banca examinadora:



Professor Msc. Fábio Correia da Silva, FAT
(Examinador Externo)



Professor Dr. Rafael Kloeckner, UFAL
(Examinador Interno)

Dedico este trabalho a...
Claudenora, minha mãe e principal incentivadora
Gilvania, minha amada,
e a minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado graça e sabedoria ao longo desse projeto.

A minha família, por todo apoio necessário para que eu pudesse alcançar mais essa conquista.

A minha namorada, Gilvania, pela paciência, companheirismo e por ser um grande exemplo para mim.

Reconheço também a importância da UFAL, em todas as esferas, pela contribuição decisiva na minha vida acadêmica e profissional.

Ao meu orientador, Prof. Msc. Alcides José Omena Neto, por ter acreditado no projeto, e sobretudo pela dedicação e apoio desde o início.

Ao prof. Msc. Fábio Correia da Silva, pelos insights que fizeram despertar em mim o interesse pelo tema e também por todo apoio no desenvolvimento do trabalho.

Aos meus estimados amigos e colegas que a UFAL me deu o imenso prazer de conhecer e reencontrar.

“A verdadeira dificuldade não está em aceitar idéias novas, mas escapar das antigas.”

John Maynard Keynes

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a dinâmica do emprego e da renda no estado de Alagoas, em um contexto de reestruturação econômica e produtiva. Tendo em vista o alcance do objetivo proposto, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica na literatura específica, bem como coleta e análise de dados secundários, com destaque para aqueles obtidos no Cadastro Geral do Emprego e Desemprego (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ambos ligados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal, e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa é de caráter exploratório, seguindo o método quali-quantitativo. Com o estudo foi possível concluir que de fato Alagoas vem passando por um processo de reestruturação econômica e produtiva, que tem gerado mudanças significativas na economia como um todo. Trata-se de uma tendência nacional de expansão de atividades ligadas aos macro setores de comércio e serviços, o que tem implicado em um mercado de trabalho mais exigente e uma melhora nas remunerações. Além disso, destaca-se que é um fenômeno em curso, ensejando a superação das velhas estruturas socioeconômicas para que os impactos positivos sejam mais efetivos e estruturantes.

Palavras-Chave: Reestruturação econômica e produtiva; mercado de trabalho; emprego e renda.

ABSTRACT

The objective of the present work is to analyze the dynamics of employment and income in the state of Alagoas, in a context of economic and productive restructuring. With the aim of the proposed goal, a broad bibliographic review was conducted out in the specific literature, as well as a collect and analysis of secondary data, especially those obtained in General Register of Employment and Unemployment (CAGED), and the Annual Social Information Report (RAIS), both attached to the Ministry of Labor (MTE) of the Federal Government, and in the National Household Sample Survey (PNAD), and National Survey by Continuous Household Sample (PNADC), conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The research has an exploratory character, following the qualitative quantitative method. With the study it was possible to conclude that in fact Alagoas has been undergoing a process of economic and productive restructuring, which has generated significant changes in the economy as a whole. This is a national trend of expansion of activities linked to macro-sectors of commerce and services, which has been implying in a more demanding labor market and an improvement of remuneration. In addition, it is an ongoing phenomenon, by overcoming the old socioeconomic structures, so that the positive impacts are more effective and structuring.

Keywords: Economic and productive restructuring; labor market; employment and income.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das transferências na renda para Alagoas, Nordeste e Brasil, 2001-2009 (em %)	18
Gráfico 2 – Alagoas: Participação (%) dos setores econômicos no Valor Adicionado (VA), 2003-2016	20
Gráfico 3 – Evolução do saldo mensal do emprego formal em Alagoas	24
Gráfico 4 – Alagoas: Evolução do saldo de emprego mensal (agosto, setembro e outubro)	26
Gráfico 5 – Alagoas: Evolução saldo do emprego (2003-2017)	27
Gráfico 6 – Alagoas: evolução do estoque de emprego na construção civil (2006- 2016)	30
Gráfico 7 – Alagoas: evolução da taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade (1992-2008)	32
Gráfico 8 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, 2012-2017 (em %)	33
Gráfico 9 – Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – 2012-2017 (Em %)	36
Gráfico 10 – Evolução da média de anos de estudo para Alagoas, Nordeste e Brasil (2001-2009)	37
Gráfico 11 – Alagoas: Total de alunos matriculados ensino médio e educação profissional (1), 2005-2015	38
Gráfico 12 – Evolução do estoque de empregos por Escolaridade em Alagoas, 2006-2015	39
Gráfico 13 – Brasil: Evolução do Estoque de Empregos por Escolaridade, 2009-2016	40
Gráfico 14 – Alagoas: taxa de desocupação, por sexo, do 1º semestre de 2012 ao 3º trimestre de 2018	42
Gráfico 15 – Brasil, Nordeste e Alagoas: Rendimento médio no trabalho (em R\$)	48
Gráfico 16 – Alagoas: rendimento médio no trabalho nos contextos urbano e rural (em R\$)	49
Gráfico 17 – Alagoas: Rendimento médio mensal domiciliar, por classes de Salário Mínimo (1000 domicílios)	50
Gráfico 18 – Evolução do Índice de Gini para AL, NE e Brasil (2001 a 2008)	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nordeste: movimento de passageiros 2005-2013.....	21
Tabela 2 – Estimativa do perfil do turista hospedado na rede hoteleira de Maceió, por faixa etária, motivo da viagem, sexo e meio de transporte, para setembro de 2015.....	22
Tabela 3 – Alagoas: evolução saldo de emprego (de março a maio), 2003-2016.....	25
Tabela 4 – Brasil: evolução do estoque de emprego por setor de atividade (2012-2016).....	28
Tabela 5 – Alagoas: evolução estoque de emprego por setor de atividade (2011-2016).....	29
Tabela 6 – Alagoas: percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por escolaridade.....	35
Tabela 7 – Alagoas: contribuição ao Sistema Previdenciário no trabalho principal, na população de 10 anos ou mais de idade ocupada, 2001-2015 (1000 pessoas).....	41
Tabela 8 – Alagoas: remuneração média de dezembro, em reais, a preços de dez/2016 (1) alagoas - 2015 e 2016.....	44
Tabela 9 – Alagoas: evolução do mercado de trabalho (2003-2011).....	45
Tabela 10 – Brasil: remuneração segundo Setor de Atividade – R\$ (2010/16).....	46
Tabela 11 – Alagoas: remuneração média de dezembro, em reais, a preços de dez/2016 (1) por escolaridade.....	47

SUMÁRIO

1 Introdução	12
2 Metodologia da pesquisa	14
3 Contextualizando o processo de reestruturação econômica e produtiva	15
4 Dinâmica do emprego	24
4.1 Caracterização do mercado de trabalho formal em Alagoas	24
4.2 Dinâmica setorial do emprego.....	28
4.3 Breve análise do capital humano em Alagoas	31
4.4 A questão da informalidade.....	40
5 Dinâmica da renda	44
5.1 Da geração.....	44
5.2 Da distribuição.....	49
6 Considerações finais	52
7 Referências	56

1 Introdução

De acordo com o IBGE, Alagoas, ente federativo localizado na parte leste do Nordeste brasileiro, possui uma área de 27.848,140 km², uma população estimada, em 2018, de 3.322.820 habitantes e densidade demográfica de 112,33 hab/km².

O estado alagoano enfrenta uma série de problemáticas socioeconômicas: altos níveis de desemprego, lenta mobilidade social, baixo nível e forte concentração de renda. Além disso, possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,631 (considerado o mais baixo do país em 2010) e uma taxa de analfabetismo de 18,2% (entre as pessoas de 15 anos ou mais), em 2017.

Com essas características, a economia alagoana torna-se sobremaneira dependente dos recursos e programas federais, bem como de outros fatores exógenos. Isso compromete drasticamente a possibilidade de se promover o desenvolvimento econômico e social no estado de maneira mais autônoma, uma vez que os fatores que contribuem para esse processo são bastante limitados.

Essa estrutura econômica complexa e ineficiente se ergue praticamente desde o limiar de Alagoas e vai se consolidando ao longo do tempo. O resultado desse processo foi exatamente um cenário econômico com ampla dependência ao setor produtivo sucroalcooleiro.

Logo, esse modelo fechado, de consenso muito restrito, concentrador da terra, da educação, da renda e do poder, causador dos baixos índices de diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas e da baixa acumulação de capital social, humano e financeiro, acabou por inibir o dinamismo da economia estadual, subordinando-a a si no que diz respeito à produção, relação de trabalho, ocupação, cooperação, inovação tecnológica, criação de redes e capacitação empreendedora (LIRA, 2007, p. 197).

O baixo dinamismo econômico causado pela lógica da monocultura e da centralidade da agroindústria da cana acaba se tornando a mola propulsora desse quadro amplamente problemático. Ou seja, a escolha pelo caminho da não diversificação produtiva, implica para o estado uma economia bastante enrijecida, com ínfimas possibilidades de desenvolvimento de modo mais autônomo.

O setor sucroalcooleiro ao longo do tempo tem sido o centro das benesses políticas e econômicas, isso faz com que esse setor se consolide como eixo da economia alagoana. Em grande parte, isso explica a volatilidade do emprego e a abissal desigualdade de renda.

Sem embargo, nos últimos anos, o estado de Alagoas vem passando por um processo de significativas alterações estruturais nas esferas econômica e produtiva. Essa tendência

transformativa começa a emergir logo após a Década Perdida (1980), mas ganhando força substancial em meados da década posterior.

A reestruturação produtiva, basicamente corresponde as modificações que são percebidas no setor sucroalcooleiro, uma vez que tem sido o centro da dinâmica econômica do estado. A esse respeito Silva leciona que:

Alagoas conheceu transformações importantes no uso do seu território a partir da desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 1990, levada a efeito pela extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1991. Processos tais como expansão da plantação de cana para terras de cultivos alimentares e mudanças nas relações de trabalho (sazonalização do trabalho, fim do sistema de moradas etc.), que já vinham ocorrendo desde a década de 1970, somam-se ao aumento do desemprego pela falência de pequenas usinas e pelo acirramento da competitividade entre as maiores (2017, p.63).

A parte que representa as transformações econômicas seria também consequência daquele processo anterior, ou seja, em face do enfraquecimento de setores mais tradicionais, como o setor sucroalcooleiro, ocorre a ampliação e fortalecimento de atividades ligadas aos setores secundário e terciário, fato que também propicia alguns desdobramentos socioeconômicos.

[...] Alagoas está passando por uma reestruturação econômica em termos de modelo, ou seja, saindo de um modelo de setor primário e se adaptando a um modelo de setor secundário. Isso, de uma forma ou de outra, acaba mexendo em estruturas sociais e econômicas, visto que todo o processo de mudança requer um período de longo prazo (FIGUEIREDO; SPINELLI, 2014, p. 122).

Essa nova etapa da economia alagoana que emerge, traz consigo características novas e maiores exigências para o mercado de trabalho: capacitação e instrução, principalmente. Do mesmo modo, isso representa incremento no nível de renda e melhores condições de trabalho, se comparado com a antiga estrutura.

Alagoas ainda está em processo de transição, ou seja, ainda há muito para ser feito. Isso coloca um grande desafio para os *policymakers* no que diz respeito a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes, políticas mais efetivas para a educação, bem como estratégias para inserir o estado alagoano de maneira mais estruturante nos eventuais momentos de expansão da economia – tanto nacional quanto regional.

Nessa esteira de transformação, é imprescindível que se visualize os limites e potenciais que surgem dessa nova roupagem. Desta forma, o objetivo do trabalho é analisar o comportamento do emprego e da renda em Alagoas a partir desse contexto de reestruturação econômica e produtiva.

2 Metodologia da pesquisa

Tendo em vista o alcance do objetivo proposto neste trabalho, optou-se por seguir uma pesquisa de caráter exploratório. Gil (2002) leciona que este tipo de pesquisa tem por objetivo fundamental aprimorar as ideias e permitir a descoberta de intuições. Nessa perspectiva, tem um planejamento bastante flexível, possibilitando ao pesquisador considerar os mais variados aspectos referentes ao objeto de estudo.

Além disso, a pesquisa também assume a forma quali-quantitativa, tendo em vista a própria natureza do assunto estudado, que enseja em grande medida a coleta e análise de dados numéricos para a confirmação e promoção dos *insights* inerentes.

Ensslin e Vianna (2008) destacam que a abordagem quali-quantitativa é de grande relevância quando estamos lidando com fenômenos de alta complexidade, principalmente quando o universo da pesquisa não pode ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis ou mesmo se apresentam dificuldades em termos de quantificação inicial.

Portanto, a pesquisa estará dedicada tanto a uma ampla revisão bibliográfica em literatura específica como também contará com a coleta e análise de dados obtidos a partir de fontes secundárias, com destaque para o Cadastro Geral do Emprego e Desemprego (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ligados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estas serão as fontes de dados principais.

Entretanto, ainda no que se refere a obtenção de dados quantitativos, outras fontes serão consultadas como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Alagoas em dados, páginas de órgãos oficiais do estado e complementos a partir de artigos de jornais.

Basicamente, a pesquisa se realiza em três etapas. A primeira delas busca fazer uma contextualização do processo de reestruturação econômica e produtiva. Nesse sentido, é crucial elucidar alguns aspectos históricos, sobretudo da centralidade do setor sucroalcooleiro. No segundo momento, trataremos de analisar a dinâmica do emprego e da renda no contexto do supracitado processo. Essa etapa também disporá de outras subdivisões que buscam levantar questões subjacentes, mas que influenciam direta e indiretamente aquelas dinâmicas centrais. Por último, tendo compreendido o que é e como se apresenta o processo transformativo, bem como acerca da dinâmica do emprego e da renda nesse contexto, será possível, por conseguinte, expor as principais conclusões, limites e potenciais desse movimento transformativo que tem afetado o estado de Alagoas.

3 Contextualizando o processo de reestruturação econômica e produtiva

A centralidade do setor sucroalcooleiro é fator decisivo para o entendimento da estrutura econômica Alagoana. Como fora destacado anteriormente, o setor supracitado é alvo dos esforços políticos e econômicos há muito tempo, determinando quase todos os aspectos da sociedade alagoana.

Uma nova etapa que favoreceu esse setor ocorre a partir da década de 1970, quando ocorre o primeiro Choque do Petróleo (1973), propiciando uma grave contração da economia mundial.

Foi exatamente nesse contexto em que o Proálcool foi implementado, um dos programas de grande relevância voltados para agroindústria canavieira, contribuindo decisivamente para a ampliação da produção da cana de açúcar e elevação da tecnologia empregada no setor (LIMA, 2001).

Em síntese, o programa visava incentivar de maneira ampla a substituição da gasolina pelo álcool. Nesta perspectiva, o estado mais uma vez se utiliza do Instituto do Açúcar e de Álcool (IAA), criado em 1933, tendo em vista a ampliação das destilarias anexas e autônomas.

De acordo com Carvalho (2009), em apenas oito anos (1976-1983) foram instaladas 29 destilarias, graças ao Proálcool. Isso significa que o apoio estatal vai ser um fator determinante para a manutenção da hegemonia do setor sucroalcooleiro.

Os usineiros foram sobremaneira favorecidos com os recursos e incentivos que lhes foram concedidos ao longo desse período. “Em termos relativos, Alagoas foi um dos Estados que mais se beneficiou com o Proálcool, recebendo 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados ao programa” (CARVALHO, 2009, p. 42).

No entanto, o cenário de bonança estava prestes a mudar. No período conhecido como década perdida (1980), a economia brasileira foi bastante afetada principalmente por conta do segundo Choque do Petróleo e pela política de juros altos empreendida nos EUA (1979).

Nesse cenário crítico, houve uma contração abrupta nos benefícios destinados ao setor sucroalcooleiro.

O fim do Proálcool em 1986 e a extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) escassearam as principais fontes de financiamento ao setor oriunda do Governo Federal, contudo, a forma mais fácil e rápida de manter as regalias fiscais e os incentivos paternalistas foi a busca pela segunda alternativa, ou seja, o Governo do Estado, o qual transferiu e sem precedentes, R\$ 1,5 bilhão a partir do acordo realizado entre o ente estatal e os usineiros (FIGUEIREDO; SPINELLI, 2014, p. 108 *apud* CABRAL, 2005).

O acordo mencionado acima diz respeito a uma lei que garantia a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICSM) aos usineiros no final da década de 1980, algo que foi amplamente prejudicial para as finanças públicas de Alagoas.

Conforme Lima (2001, p. 87):

Nesse sentido, a crise enfrentada pela agroindústria canavieira alagoana por ocasião do processo de desregulamentação e seus efeitos sobre as políticas intervencionistas que sustentavam essa atividade, parece estar associada ao acordo celebrado entre os empresários do setor e o governo do estado visando a continuidade de um fluxo de recursos públicos que compusesse a estrutura de reprodução do seu capital. Desta vez, porém, os recursos públicos utilizados foram oriundos das receitas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do estado.

Em grande medida, a crise pela qual passou a economia alagoana está diretamente relacionada com esse fato em que o governo de estado passa a ser a nova fonte de recursos dos usineiros. Posteriormente, dado o aprofundamento da crise estadual a partir da década de 1990, adota-se o remédio ortodoxo tendo em vista o controle e enxugamento das finanças públicas (FIGUEIREDO; SPINELLI, 2014).

Alagoas entra em 1996 em uma situação bastante complicada, o que acaba por fechar a segunda alternativa em termos de fonte de recursos para o setor sucroalcooleiro.

A partir de 1996, a dívida do Governo do Estado foi federalizada, por meio de um programa de ajuste fiscal, em que cortes nos gastos com funcionalismo, vendas do patrimônio estadual e a produção de superávits primários -, ou seja, o estado sendo obrigado a manter as suas receitas superiores às despesas e o compromisso técnico de transferir à União parte deste receita líquida mensalmente – foram a tônica desse reajustamento entre as esferas estatais e que, com certeza refletiram na grande depressão econômica nos dez anos subsequentes (FIGUEIREDO; SPINELLI, 2014, p. 108 *apud* Carvalho, 2007).

Tal fato acaba por revelar o quão dependente estava o setor sucroalcooleiro dos recursos estatais, tendo graves dificuldades de se manter em sua ausência.

Aqui já é possível visualizar um primeiro choque transformativo na estrutura produtiva alagoana, isto é, um relativo enfraquecimento do setor sucroalcooleiro, abrindo espaço para – ainda que de maneira bastante modesta – outros setores.

Como destacam Rosário e Junior (2014) até meados da década de 2000 a agroindústria sucroalcooleira influenciou sobremaneira a dinâmica econômica em Alagoas, no entanto, mais recentemente o crescimento do PIB estadual é sustentado pela tríade comércio, serviços e administração pública.

De acordo com Figueiredo e Spinelli (2014) desde 2006 o processo de reestruturação produtiva tem provocado alterações estruturais na economia local, onde se percebe a inserção de novas atividades direcionadas ao fortalecimento do mercado interno, em detrimento de setores tradicionais, a exemplo da agropecuária, que tem foco no mercado externo.

A crise pela qual vem passando o setor sucroalcooleiro tem contribuído fortemente para um processo de profunda transformação na dinâmica produtiva.

Rosário e Junior (2014, p. 22) destacam que “Devido à crise existente no setor há uma possibilidade de redução do número de usinas, particularmente as de menor porte (abaixo de 1 milhão de tons/ano) que não estão operando em regime de cooperativa”.

Embora o setor sucroalcooleiro ainda seja central para a economia alagoana, conforme Figueiredo e Spinelli (2014) é perceptível que há uma perda gradativa desse setor no sentido de gerar emprego e renda, fenômeno que pode ser visualizado mediante as falências, desemprego e precarização do funcionamento de diversas unidades produtoras, uma vez que esse processo de transição enseja um espaço longo de tempo.

É interessante observar que as transformações supracitadas que estão ocorrendo em Alagoas, com destaque para a reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro que, desde a década de 1990 quando ocorreu o processo de desregulamentação (perda do apoio estatal), são fenômenos que não estão desconectos da realidade nacional e internacional.

Em outros termos, dada a forma como essa arquitetura econômica estava estruturada, onde um setor é eixo dinâmico da economia do estado, ao mesmo tempo em que depende fortemente do apoio paternalista do mesmo, era de se esperar que quando as benesses estatais saíssem de cena, haveria algum tipo de instabilidade no setor.

Portanto, a dependência é um canal de transmissão dos efeitos exógenos, sujeitando o estado a uma alta vulnerabilidade e incapacidade de desenvolvimento a partir de suas forças endógenas. Ou seja, a economia do estado depende sobremaneira da agroindústria sucroalcooleira, esta, por sua vez, é dependente das condições do mercado internacional, portanto, quando esse ambiente exógeno está passando por crise ou desaceleração, os efeitos negativos são transmitidos para o estado imediatamente, ficando sem alternativas para enfrentar o cenário crítico.

Foi destacado anteriormente que essas alterações na estrutura produtiva e econômica demandam um período de longo prazo, nesse sentido trata-se de um processo em curso, o que significa que as políticas e ações que visam de alguma maneira se adaptar a tendência ou mitigar os efeitos negativos que porventura surjam, estão sujeitas a compreensão do fenômeno de maneira contínua.

Ademais, durante a transição, as mudanças mais efetivas e estruturantes irão depender muito mais das estratégias políticas e das percepções das oportunidades que emergem dessa nova fase.

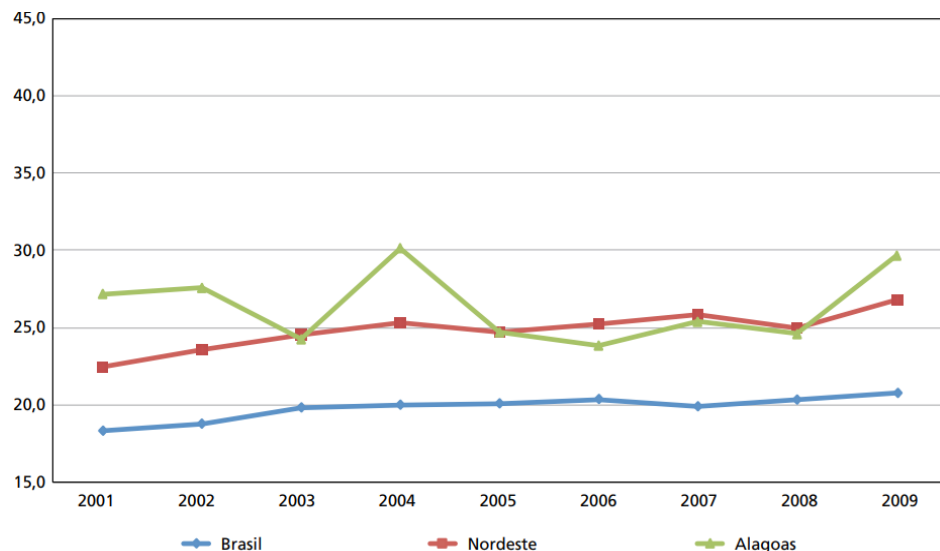
Cabe destacar que parte desse novo perfil econômico que é percebido no Estado, deve-se também a orientação da política econômica, bem como dos programas empreendidos no plano federal na última década.

Dentre os programas federais, destacam-se as Transferências de Renda (em especial, o Programa Bolsa Família – PBF), a Valorização do salário mínimo, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e programa Minha Casa Minha Vida.

O programa Bolsa Família tem sido o carro-chefe no sentido de assegurar renda mínima, e, em paralelo aos vários programas de inclusão social, tem contribuído fortemente para romper com o problema cíclico que envolve sem rendimento, sem escolaridade, baixa produtividade, repercutindo negativamente sobre a produtividade e a renda (LIRA, 2014).

Ainda de acordo com Lira (2014) a valorização do salário mínimo, por sua vez, impacta o poder aquisitivo daqueles que recebem benefícios previdenciários, uma vez que a maioria desses benefícios corresponde a um salário mínimo.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS NA RENDA PARA ALAGOAS, NORDESTE E BRASIL, 2001-2009 (EM %)



Fonte: IPEA (2012, p.22)

O gráfico 1 mostra que o percentual das transferências tem sido bastante elevado ao longo do intervalo considerado, estando inclusive sempre superior ao percentual nacional e ao do Nordeste, em alguns períodos.

Os programas de transferência de renda têm gerado impactos socioeconômicos de grande importância em todo território nacional, a região Nordeste, por exemplo, se destaca no que se refere ao montante de recursos destinados.

Silva (2017, p.60) evidencia que “A distribuição dos beneficiários e das transferências no território brasileiro é bastante desigual, com a região Nordeste concentrando cerca de metade da população beneficiária e dos recursos transferidos”.

Como foi abordado acima, esses recursos têm promovido uma alteração no perfil econômico de Alagoas, além de contribuir fortemente para a redução da pobreza e da desigualdade.

Para Gomes (2011, p. 172):

Nos últimos anos, as principais atividades vinculadas ao comércio (varejo e atacado) se beneficiaram sobremaneira das condições de crescimento econômico do país e, como já se assinalou, no Nordeste em especial, os programas de transferência de renda como o Programa Bolsa família impulsionou as economias locais.

Carvalho (2014) pontua que nem mesmo juntando a renda gerada pelos setores pecuário, sucroalcooleiro, hoteleiro ou químico, ainda assim não se aproxima do volume de renda gerado pelos programas federais. Lembrando que mais da metade das famílias alagoanas depende desses recursos para sobreviver.

O PBF beneficiou sobremaneira as atividades ligadas ao comércio, promovendo expansão econômica no país, no Nordeste, em particular, estimulou as economias locais, algo que ficou bastante evidente por meio da atração de novos investimentos realizados por grandes redes de varejo, ampliando o número de lojas por toda a região (GOMES, 2011).

Ambas as políticas – garantia de renda mínima e valorização do salário – tem alterado o perfil da economia alagoana, sobretudo quando estimula o consumo e a produção. Nesse sentido, Gomes ainda destaca que:

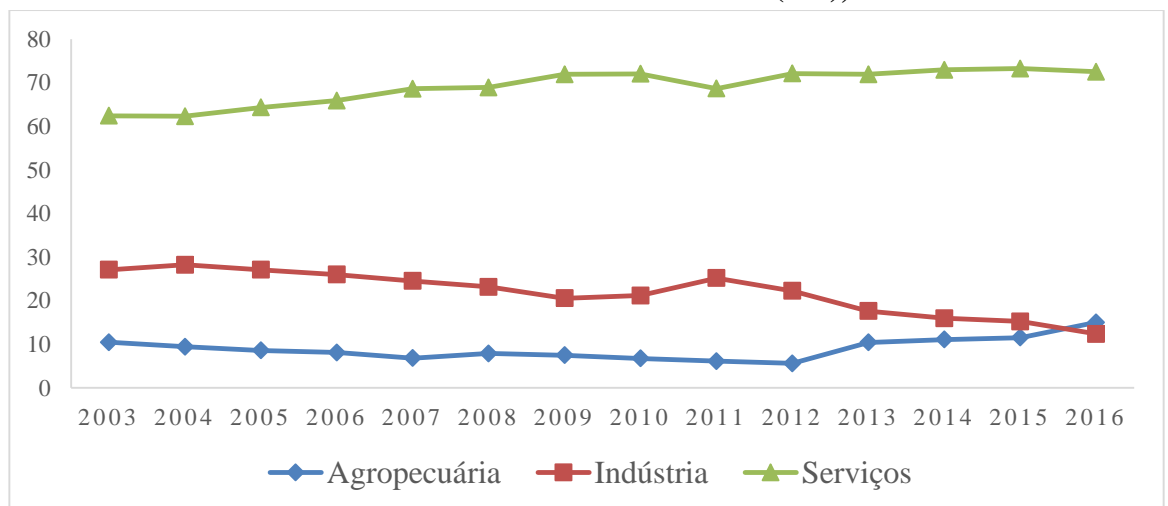
[...] Alagoas acompanhou a dinâmica de crescimento da economia nacional, em função das políticas econômicas favoráveis e a expansão dos programas que dinamizaram o crédito, a assistência social e o investimento, sobretudo em infraestrutura e logística (2011, p.172).

Sem embargo, por conta da manutenção da lógica da monocultura e da baixa diversificação econômica, tem sido bastante difícil para o estado promover o desenvolvimento local e minimizar o problema da desigualdade (LIRA, 2014).

Outro programa de grande relevância, o Minha Casa Minha Vida, desempenhou um papel decisivo no que tange a promoção de um maior dinamismo econômico e fortalecimento de outras atividades e setores na economia alagoana.

Gomes (2011) pontua que além do referido programa elevar o número de novas empresas e ampliar a geração de emprego formal, teve um efeito bastante expressivo nas atividades de intermediação financeira, comércio e atividades ligadas a administração de imóveis e valores imobiliários.

GRÁFICO 2 – ALAGOAS: PARTICIPAÇÃO (%) DOS SETORES ECONÔMICOS NO VALOR ADICIONADO (VA), 2003-2016



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alagoas em Dados/Contas regionais de Alagoas (2002 – 2012) e IBGE/Contas Regionais (2018)

Com base no gráfico 2 é possível perceber a forte expansão do setor de serviços nos últimos anos, quando representa desde 2002 mais da metade do valor adicionado do estado. Isso reflete um novo perfil para Alagoas, o de não ter a dinâmica econômica determinada fortemente pela atividade agrícola, em grande parte de subsistência, com pouquíssima organização, baixa produtividade e ínfimos níveis salariais.

A economia alagoana continua concentrada em serviços e comércio com esses setores representando 68,7% do total (em 2010 alcançou seu maior percentual desde 1995, 72,1%), enquanto a agropecuária continua numa trajetória declinante em termos de contribuição à formação de riqueza no nosso estado, representando apenas 6,1% na agregação de riqueza à economia (GOMES, 2014, p.3).

Comparativamente, em 2014, o VA dos Serviços foi de R\$ 27,191 bilhões, já o VA da Agropecuária e o da Indústria foram R\$ 4.128 bilhões e R\$ 5.945 bilhões, respectivamente. O já esperado pioneirismo do setor de Serviços, deveu-se sobremaneira ao bom desempenho do subsetor comércio – tanto varejista quanto atacadista – e ao subsetor de atividades imobiliárias, como expõe a Nota Técnica n. 49 do Alagoas em Dados (2016).

Nesse sentido, o presidente da Junta Comercial de Alagoas (Juceal), Carlos Araújo, em sua fala reproduzida pela Agência Alagoas (2018), diz que “Alagoas está saindo do predomínio da monocultura para um maior desenvolvimento no setor terciário da economia, ou seja, deixando de ser apenas produtor de cana de açúcar e oferecendo serviços para toda a população”.

Além disso, a forte presença das políticas sociais, as transferências intergovernamentais, a ampliação do crédito e os programas de investimentos que puxam a construção civil, compõem os fatores responsáveis por uma movimentação importante da economia local. Esses aspectos compõem a grande novidade em Alagoas (GOMES, 2011, p. 184).

Um outro elemento que explica esse novo perfil da economia alagoana sem dúvida é o turismo, segmento de grande importância para o estado, sobretudo pelo seu notável “efeito transbordamento” sobre os setores de comércio e serviços.

Nesta perspectiva, conforme o turismo se expande, isto é, quando o fluxo de passageiros se intensifica – residentes ou estrangeiros – há um transbordamento dessa expansão sobre aquelas atividades ligadas aos macro setores secundário e terciário.

TABELA 1 – NORDESTE: MOVIMENTO DE PASSAGEIROS 2005-2013

AEROPORTO	PASSAGEIROS NACIONAIS		PASSAGEIROS INTERNACIONAIS		TOTAL	
	2005	2013	2005	2013	2005	2013
Salvador	4.292.989	8.275.134	261.583	314.529	4.554.572	8.589.663
Recife	3.422.657	6.578.110	181.995	262.166	3.604.652	6.840.276
Fortaleza	2.524.606	5.745.049	249.634	207.580	2.774.240	5.952.629
Natal	1.054.050	2.314.143	245.094	94.063	1.299.144	2.408.206
Maceió	740.610	1.935.448	24.972	7.989	765.582	1.943.437
São Luís	569.258	1.815.861	184	48	569.442	1.815.909
Aracajú	490.155	1.343.875	145	24	490.300	1.343.899
João Pessoa	339.128	1.230.230	27	-	339.155	1.230.230
Teresina	315.780	1.091.242	16	-	315.796	1.091.242

Fonte: Carvalho (2012, p. 121) com base nos dados da Infraero (2014)

Para Carvalho (2012) o crescimento na demanda doméstica por pacotes nordestino se deu por conta da queda nos preços das passagens aéreas e pelo aumento da renda dos segmentos populares.

É possível perceber, com base na tabela 1, que o número de passageiros internacionais caiu significativamente entre 2005 e 2011, a esse respeito Lira (2014, p. 110) afirma que:

É um dado que deve ser analisado por diversos ângulos, pois envolvem vários fatores, como o mercado aéreo e a concentração de empresas do setor, as quais extinguiram voos regionais entre as capitais nordestinas, dificultando o deslocamento dentro da região; o trabalho de marketing e venda de pacotes turísticos; entre outros.

Quando os turistas adentram no território alagoano, espera-se que estes adquiram bens e serviços diversos. Tanto a economia formal quanto a informal são amplamente beneficiadas com esse movimento.

TABELA 2 – ESTIMATIVA DO PERFIL DO TURISTA HOSPEDADO NA REDE HOTELEIRA DE MACEIÓ, POR FAIXA ETÁRIA, MOTIVO DA VIAGEM, SEXO E MEIO DE TRANSPORTE, PARA SETEMBRO DE 2015

PERFIL DO HÓSPEDE DA REDE HOTELEIRA DE MACEIÓ			
FAIXA ETÁRIA			
18/25	26/35	36/50	MAIS 50
9,73%	30,64%	26,94%	32,68%
MOTIVO DA VIAGEM			
PASSEIO	NEGÓCIO	CONGRESSO	OUTRO
87,50%	4,93%	0,72%	6,84%
SEXO			
MASC.		FEM.	
45,84%		54,16%	
MEIO DE TRANSPORTE			
AVIÃO	ÔNIBUS	CARRO	OUTRO
79,09%	2,04%	18,62%	0,25%

Fonte: Nota técnica, Maceió, n. 38, out. 2015, Disponível em: dados.al.gov.br.

A tabela 2 reflete um dado interessante, que 87,50% dos hóspedes na rede hoteleira de Maceió está por motivo de passeio. É um número bastante expressivo e também muito indicativo do mês em questão, ou seja, tendendo para o período dos festejos natalino e de final

de ano. Para se ter uma ideia do que esse número significa, em junho desse mesmo ano o percentual de hóspedes que estavam em Maceió por motivos de passeio era 38,10%.

Outro fato que merece destaque, é que a maior parte dos turistas chegam a Maceió pelos meios de transporte avião e carro, representando, nesse grupo específico, 79,09% e 18,62%, respectivamente.

Gomes (2014) afirma que de fato o turismo tem se expandido em Alagoas, contribuindo para o aquecimento do setor de serviços, das atividades comerciais e até mesmo da construção civil, o que propicia a continuidade na geração de emprego e renda.

Lembrando que é justamente em função dessa expectativa de bom momento da economia do turismo, que vários hotéis e empreendimentos de todos os tipos estão sendo construídos no estado.

Foram desenvolvidas ações de infraestrutura, como o Centro de Convenções e o novo Aeroporto (2005), que ampliaram e melhoraram as condições de a possibilidade de recepção de turistas. Com a melhoria da infraestrutura do aeroporto, houve um aumento no fluxo de passageiros, porém, isso não alterou a posição de Alagoas como quinto destino regional (LIRA, 2014, p. 110).

A expansão da economia do turismo se materializa no aumento da procura por bens e serviços que envolvem transporte, alojamento, espaços de lazer, produção artesanal etc.

É importante frisar que, mesmo com todas essas transformações, o setor sucroalcooleiro continua sendo central na economia alagoana, embora venha apresentando evidentes sinais de crise e queda relativa na geração de emprego nos últimos anos, como será visto no decorrer deste trabalho.

A compreensão da centralidade destacada acima, bem como das transformações recentes percebidas na econômica alagoana, é de grande relevância para entender os fatores explicativos dos vários problemas socioeconômicos do estado. As melhoras e avanços também dependem desta compreensão, uma vez que a partir da identificação dos problemas inerentes a estrutura econômica e das oportunidades que porventura surjam, será possível desenvolver as estratégias e planos de ação tendo em vista promover o desenvolvimento do estado a partir de suas condições endógenas.

4 Dinâmica do emprego

4.1 Caracterização do mercado de trabalho alagoano

Para entender como o processo de reestruturação econômico-produtiva tem afetado a dinâmica do emprego, é interessante analisar minimamente o funcionamento do mercado de trabalho formal alagoano, destacando alguns comportamentos tendenciais nos últimos anos.

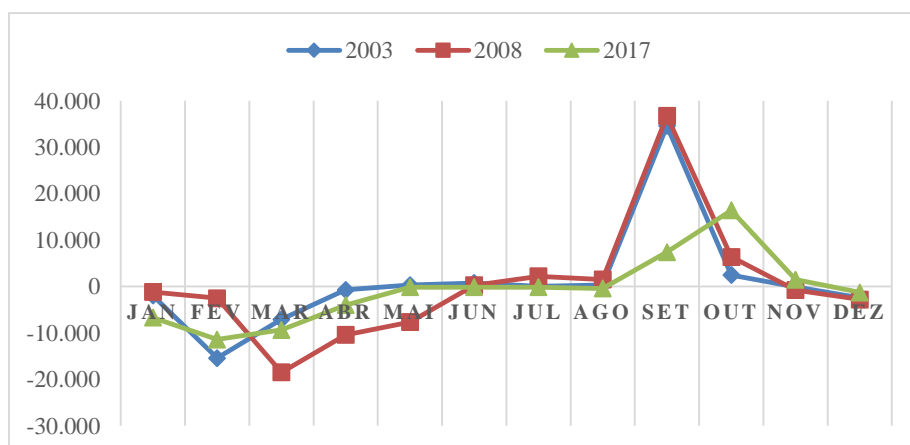
O mercado de trabalho em Alagoas tem o seu funcionamento marcado por características oriundas da própria estrutura produtiva, cujos detalhes foram discutidos anteriormente. Ou seja, o fato de o estado ter optado pelo caminho da não diversificação e entrado tardiamente em um contexto de transformações mais efetivas, contribuiu decisivamente para uma dinâmica do emprego bastante complexa e limitada.

Carvalho (2014) destaca que existe um intervalo entre a etapa de crescimento da produção e o momento da absorção de mão de obra, isso ocorre porque a empresa opta por manter suas atividades operando com capacidade ociosa, contratando apenas posteriormente tendo por sustentação a expansão da economia.

O setor sucroalcooleiro como sendo o principal contratante de mão de obra formal, além de submeter a dinâmica do mercado de trabalho a uma forte tendência sazonal, gera um grande contingente de mão de obra com pouca qualificação, uma vez que esse setor é pouco exigente no que tange aspectos qualitativos da força de trabalho.

Além disso, é muito comum se encontrar um encontro entre o moderno e o arcaico na esfera produtiva da cana de açúcar, tanto em termos de processo quanto de relações de trabalho.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO SALDO MENSAL DO EMPREGO FORMAL EM ALAGOAS



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTE/CAGED (2018)

A partir da análise do gráfico 3 acima, pode-se observar alguns comportamentos tendenciais do mercado de trabalho formal alagoano. Primeiramente, destacamos um efeito cumulativo da dinâmica dos eixos produtivos centrais, ou seja, tanto o setor sucroalcooleiro quanto o comércio (principais contratantes) já utilizaram suficientemente a mão de obra contratada no ano t , demitindo-a quando o ciclo é completado. Por conseguinte, no começo do ano $(t + 1)$, o saldo negativo é influenciado pela desaceleração iniciada a partir da metade do segundo semestre do ano t .

Um segundo fato tendencial presente na dinâmica do mercado de trabalho formal alagoano, é uma recuperação mais efetiva a partir de maio, como é possível visualizar na tabela 3, atingindo um ponto de máxima em setembro.

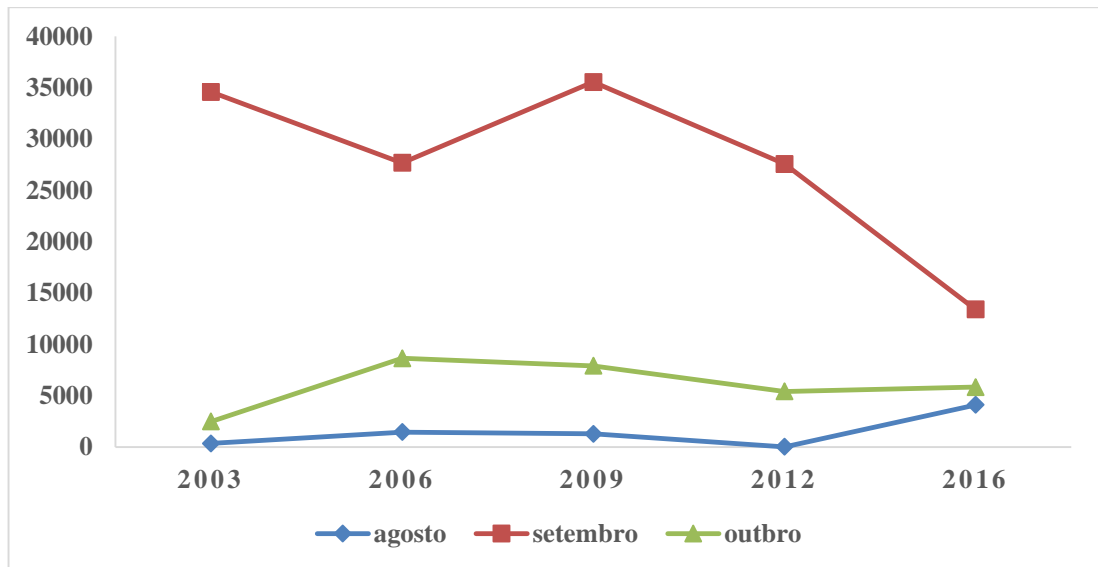
**TABELA 3 – ALAGOAS: EVOLUÇÃO SALDO DE EMPREGO
(DE MARÇO A MAIO), 2003-2016**

Mês	2003	2006	2009	2012	2016
Março	-7.064	-14.622	-15.582	-21.032	-9.872
Abril	-718	-2.060	-16.680	-13.274	-7.102
Maio	315	1.743	-1.000	-2.107	-813

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTE/CAGED (2018)

A máxima no número de contratações observada no mês de setembro deve-se principalmente a dependência acentuada do mercado de trabalho ao setor sucroalcooleiro. Lembrando que nesse período ocorre a entressafra da cana de açúcar e, além disso, o ano está caminhando para o período natalino, que gera impactos positivos sobre turismo, serviços e comércio.

GRÁFICO 4 – ALAGOAS: EVOLUÇÃO DO SALDO DE EMPREGO MENSAL (AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTE/CAGED (2018)

Por último, ainda podemos observar uma desaceleração subsequente, como é perceptível no gráfico 4. Na medida em que se atinge um ponto de máxima – em termos de contratações – o mercado de trabalho começa a desacelerar nos meses posteriores, uma vez que o tempo necessário de utilização de mão de obra vai atingindo o limite. Começa o período dos desligamentos, movimento que pode seguir até junho do ano seguinte.

Nesse tanto, é possível resumir o comportamento do mercado de trabalho formal alagoano em três pontos:

- i. Começo de ano com saldo de emprego negativo;
- ii. Recuperação gradual a partir de maio atingindo um ponto de máxima em setembro; e
- iii. Desaceleração subsequente implicando no saldo de emprego negativo do ano seguinte.

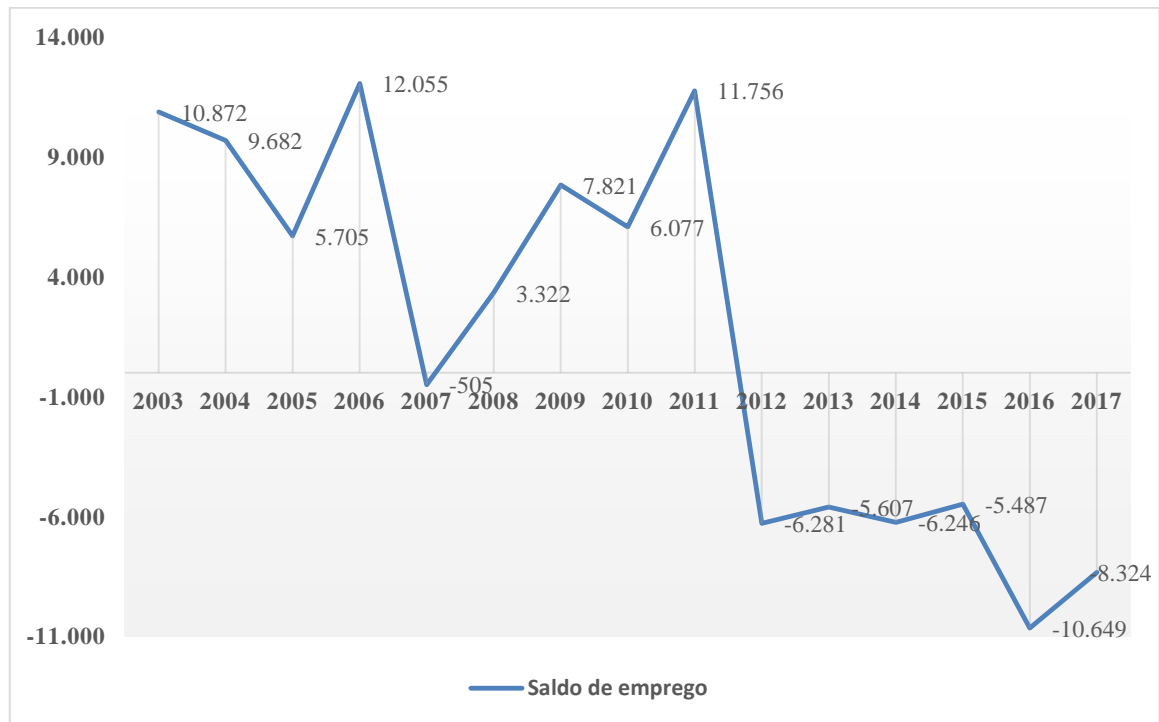
Essa dinâmica sintetizada nos três pontos é algo que se repete ano após ano, estando sobremaneira atrelada a forte sazonalidade e a ausência de setores mais estruturados.

Carvalho (2014, p. 108) leciona que:

Alagoas é diferente das economias mais desenvolvidas, que possuem muitos setores estabilizados seja na indústria, na agricultura diversificada ou no setor de serviços

mais amplo e sofisticado. A economia regional precisava ter mais setores estáveis para que o nível de emprego não sofresse tantas mudanças assim.

GRÁFICO 5 – ALAGOAS: EVOLUÇÃO SALDO DO EMPREGO (2003-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTE/CAGED (2018)

O gráfico 5 reflete a alta instabilidade do mercado de trabalho formal em alagoas, tendo como causa principal a expressiva sazonalidade do setor sucroalcooleiro. Além disso, a própria fase crítica do referido setor também alimenta essa maior volatilidade.

A partir de 2012, o setor sucroalcooleiro começa a apresentar saldo negativo expressivo, a ponto de contaminar o saldo do emprego formal no Estado. Essa queda no estoque de emprego no setor sucroalcooleiro vem sendo compensada pela notória expansão de novos postos de trabalho em outros setores da economia alagoana, especialmente no setor de serviços, que vem mantendo uma trajetória ascendente, no mesmo período, reproduzindo um fenômeno que, também, ocorrendo cenário nacional. A indústria da Construção Civil, por sua vez, a partir de 2012, também começa a recuar, após ter atingido o ponto de máxima de sua trajetória de crescimento em 2011 (FIGUEIREDO; SPINELLI, 2014, p. 113).

4.2 Dinâmica setorial do emprego

Mediante a análise do comportamento setorial do emprego formal no estado é possível observar mais de perto os efeitos da reestruturação econômico-produtiva e das tendências mais recentes sobre essa estrutura.

Alagoas segue um movimento que é nacional (basta comparar as tabelas 4 e 5) e regional, o da expansão dos setores de comércio e serviços. Essa tendência é, em parte, fruto da orientação política adotada pelos governos mais recentes e de alguns aspectos fundamentais da própria estrutura produtiva do estado.

TABELA 4 – BRASIL: EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE (2012-2016)

Setor:	2012	2013	2014	2015	2016
Extrativa mineral	259.297	261.383	257.606	240.488	221.331
Indústria de transformação	8.148.328	8.292.739	8.171.022	7.566.900	7.148.013
SIUP	423.277	444.674	450.098	447.385	429.435
Construção Civil	2.832.570	2.892.557	2.815.686	2.422.664	1.985.404
Comércio	9.226.155	9.511.094	9.728.107	9.532.622	9.264.904
Serviços	16.167.385	16.726.013	17.313.495	17.151.312	16.708.852
Administração Pública	8.937.443	9.340.409	9.355.833	9.198.875	8.826.040
Agropecuária	1.464.257	1.479.564	1.479.663	1.500.561	1.476.219
TOTAL	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198

Fonte: MTE/RAIS (2018)

É bastante evidente que no plano nacional, a tríade comércio, serviços e administração pública se configuram como principais fontes de emprego formal. Percebe-se uma verdadeira economia dos serviços, carro chefe da geração de emprego e renda nos últimos anos.

O setor de serviços assume posição de destaque na economia brasileira contemporânea. Tal tendência é observada na contribuição para queda da taxa de informalidade, no aumento do número de ocupações e no crescimento dos salários dos empregados nesse setor. Dessa forma, o entendimento das repercussões na economia

da mudança estrutural em curso torna-se tarefa cada vez mais importante (SILVA; MENEZES; KOMATSU, 2016, p. 30).

Rosário e Junior (2014) destacam que as políticas federais de estímulo ao consumo e de valorização salarial, bem como da expansão do crédito e as transferências do Governo Federal, foram fundamentais para permitir a entrada de novas empresas no mercado alagoano, tal efeito repercutiu no crescimento da atividade empresarial no estado.

TABELA 5 – ALAGOAS: EVOLUÇÃO ESTOQUE DE EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE (2011-2016)

Setor de atividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Extrativa mineral	1.079	1.020	1.020	972	1.078	1.060
Indústria de transformação	106.881	102.888	92.847	84.785	79.465	76.939
SIUP	4.795	4.938	5.111	5.464	5.505	5.763
Construção civil	37.007	36.302	33.240	31.986	27.383	21.149
Comércio	78.672	84.329	89.749	92.263	89.431	85.748
Serviços	111.273	117.748	122.441	133.475	138.337	139.642
Administração Pública	148.423	148.940	155.142	156.560	157.511	149.529
Agropecuária	9.768	8.967	9.575	8.886	10.565	10.442
Total	497.898	505.132	509.125	514.391	509.275	490.272

Fonte: MTE/RAIS (2018)

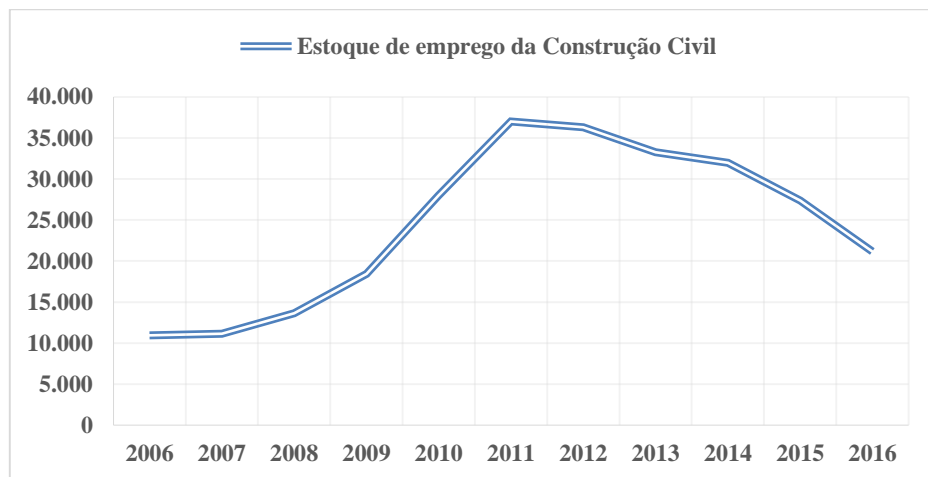
A tabela 5 é muito indicativa do quão expressiva é a participação dos setores administração pública, serviços e indústria de transformação na geração de emprego em Alagoas atualmente.

Os trabalhadores do serviço público continuam sendo o maior segmento de emprego formal, com direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, e a indústria de transformação, incluindo o setor sucroalcooleiro, representa o segundo setor de trabalhadores formais. Mas os setores de comércio e serviços, juntos, já superam a quantidade dos de trabalhadores do setor público. E, também superam o contingente de trabalhadores da indústria (LIRA, 2014, p. 119).

No capítulo anterior fora destacado que a construção civil tem sido outra peça fundamental na dinâmica econômica de Alagoas. Além de contribuir expressivamente na absorção de mão de obra, influenciou direta e indiretamente outros macro setores do estado.

No gráfico 6, visualiza-se que de 2006 a 2010 o número de empregos formais gerados pelo setor da construção civil apresentou um crescimento extraordinário. Porém, já a partir de 2011, a tendência passa a ser de queda.

GRÁFICO 6 – ALAGOAS: EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL (2006-2016)



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do MTE/RAIS (2018)

Rosário e Junior (2014) ressaltam que a explicação precípua para o acentuado crescimento do número de contratações na construção civil foi a política de incentivo a construção habitacional – Minha Casa Minha Vida – e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ainda de acordo com Rosário e Junior (2014, p. 30 *apud* BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento, 2013):

Em Alagoas, particularmente, o Programa de Aceleração do Crescimento gerou um impacto significativo, uma vez que foram investidos entre 2007 e 2011 cerca de R\$ 5,2 bi em infraestrutura logística (BR 101 e Porto de Maceió), infraestrutura energética, habitação e saneamento.

Figueiredo e Spinelli (2014) apontam que o processo de dinamização industrial – no Brasil e no resto do mundo – tem contribuído significativamente para expansão dos setores de comércio e serviços. Na medida em que novos produtos são lançados no mercado, isso acaba demandando novas formas de serviços.

Toda essa complexidade e diversificação da economia atual, tem forçado o mercado de trabalho a tornar-se cada vez mais exigente. Mesmo aquelas atividades aparentemente simples exigem dos potenciais trabalhadores um certo tempo de estudo ou qualificações específicas.

Esse fato coloca para o estado, ao mesmo tempo, uma melhora na estrutura distributiva da renda e também desafios. No primeiro caso, é importante lembrar que as atividades mais exigentes em termos de instrução apresentam maiores níveis de remuneração, como será exposto no tópico acerca da geração de renda. Em segundo lugar, o desafio colocado é justamente garantir que a massa de trabalhadores atenda de maneira suficiente a essas novas exigências do mercado.

4.3 Breve análise do capital humano em Alagoas

Quando os trabalhadores – efetivos e potenciais – despendem tempo e dinheiro em algum tipo de instrução, ou capacitação profissional, isso pode ser considerado como um investimento. Desta forma, pressupõe a presença de um custo inicial e um retorno esperado.

Ehrenberg e Smith (2000) destacam que os economistas, no sentido de evidenciar as similaridades entre os investimentos em geral e esse tipo de investimento supracitado, valem-se do conceito de capital humano. Investir em capital humano, portanto, seria exatamente quando o trabalhador incorpora uma série de habilitações para alugá-las ao seu contratante.

De maneira geral, a teoria do capital humano leciona que, por meio da educação, é possível aumentar a produtividade dos indivíduos, contribuindo também para ampliação dos salários e influenciando no crescimento econômico (VIANA; LIMA, 2010).

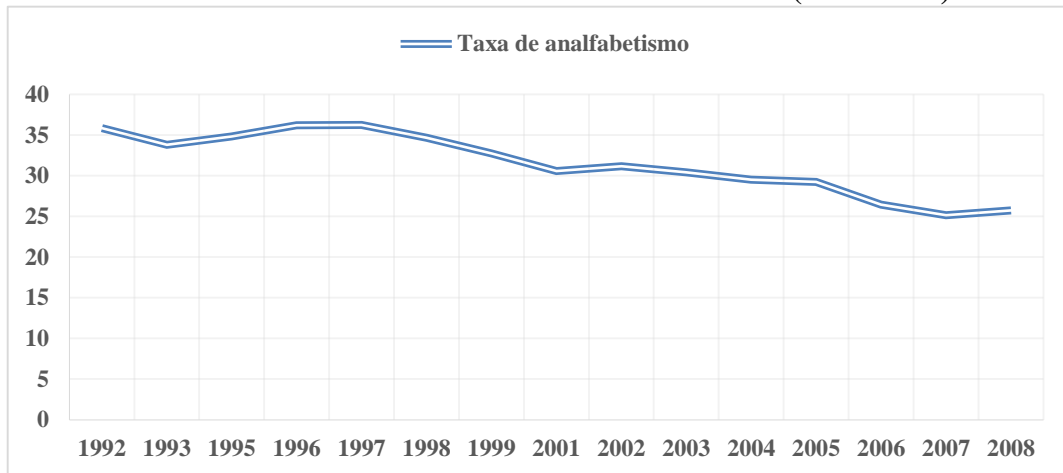
Além da educação, outros fatores contribuem para melhorar a qualidade do capital humano, como, por exemplo, saúde e treinamento técnico.

Conforme Lira (1998) em um contexto de globalização, marcado por profundas transformações estruturais tanto na esfera pública quanto na privada, é de se esperar um mercado de trabalho que demande pessoas qualificadas e com bons níveis de instrução.

Nessa perspectiva, é essencial averiguar minimamente algumas características do capital humano em Alagoas sobretudo pelo espectro da educação.

O estado alagoano apresenta um quadro educacional muito complexo, principalmente quando apresenta uma série amplamente deficiente em relação a taxa de analfabetismo.

GRÁFICO 7 – ALAGOAS: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (1992-2008)



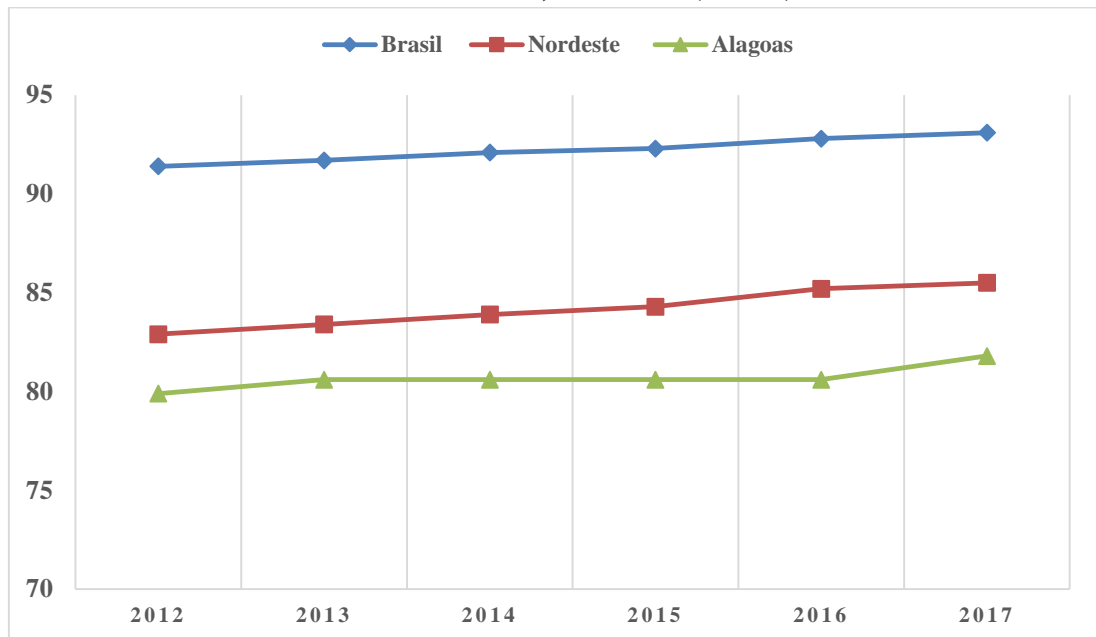
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2018)

Pode-se observar no gráfico 7 que a queda na taxa de analfabetismo foi bastante acentuada ao longo da década passada. Mais recentemente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgou as taxas de analfabetismo de 2016 e 2017, foram 19,4% e 18,2% respectivamente. A taxa de 2017, inclusive, foi considerada a maior do país, representando cerca de 474 mil alagoanos que não sabem ler e escrever (TNH1, 2018).

Gouveia e Costa (2004) destacam que essas elevadas taxas de analfabetismo em Alagoas tem uma forte relação com o abandono escolar que, por sua vez, tem a influência direta de dois fatores relevantes:

- i. A cultura da cana de açúcar – um expressivo contingente social, de diversas idades, abandona a escola para ir trabalhar nas lavouras durante o período de moagem; e
- ii. O clima do interior do estado – sobretudo no que tange a problemática da seca, que força uma grande parcela da população a abandonar não só os estudos, mas também suas regiões de vivência.

GRÁFICO 8 – TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, 2012-2017 (EM %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2018)

O gráfico 8 reflete que, mais recentemente, Alagoas segue a tendência nacional e regional de lento crescimento na alfabetização, o que evidencia a urgência do fortalecimento e ampliação das políticas educacionais, sobretudo aquelas que têm por foco o combate ao analfabetismo.

Além dos setores de atividade que já exigem um certo nível de estudo (ensino médio completo, por exemplo), os cursos profissionalizantes e técnicos também o fazem. Isso significa que uma grande parte da população é imediatamente excluída da possibilidade de adentrar nesses cursos. Assim, mesmo com vagas disponíveis e pessoas interessadas em trabalhar, as vagas não serão preenchidas.

Se um determinado curso profissionalizante exige, digamos, ensino médio completo, já estarão de fora aqueles que possuem ensino médio incompleto e fundamental completo e incompleto. Sem falar no expressivo contingente de pessoas analfabetas.

Outrossim, as exigências do mercado se estendem para outros requisitos como, por exemplo, um segundo idioma e informática. Isso acaba tornando a entrada no mercado de trabalho bastante difícil, dada as condições educacionais em Alagoas.

Com essas exigências, Alagoas tem grande dificuldade de se inserir favoravelmente no núcleo moderno da economia global. Não só porque detém uma alta taxa de analfabetismo, mas porque possui uma estrutura produtiva privada baseada em poucas atividades, de resultados econômicos e sociais limitados. Por isso mesmo, gera

empregos de baixa produtividade e quase não absorve empregados qualificados, que é o forte da era global (LIRA, 1998, p.79).

Como destacam Andrade et. al. (2010) a escassez de mão de obra dotada de qualificação gera impactos negativos sobre competitividade dos trabalhadores, deixando-os muito aquém dos trabalhadores das outras unidades da federação que apresentam maiores níveis educacionais. Ademais, isso reflete, para além do ínfimo nível de qualificação profissional, a ausência de educação básica que garanta o despontar social e profissional dos indivíduos.

Ainda é útil pensar mais precisamente do ponto de vista da oferta de mão de obra, isto é, analisar a escolha que cada trabalhador individualmente enfrenta entre trabalhar e se qualificar. O cálculo racional é o seguinte: o agente compara a renda que espera no período ($t + 1$) dada a maior produtividade marginal e a quantia que deixa de receber no período t , uma vez que pode ser o caso de ter que abrir mão de trabalhar para buscar ampliar sua produtividade. Além disso, vimos acima que essa busca por qualificação é um investimento, e, por conseguinte, pressupõe um custo inicial.

Com base nisso, se o indivíduo observa, por exemplo, que há uma forte subutilização da mão de obra, quer dizer, que há um número expressivo de pessoas que atuam em atividades distantes de suas respectivas qualificações, isso pode incentivar negativamente a não qualificação. Ou seja, aumenta-se o custo de abrir mão de trabalhar no período t , tendo em vista o investimento em cursos profissionalizantes e instrução.

Há, portanto, uma percepção negativa dos indivíduos no que diz respeito a busca por qualificação, uma vez que isso não vai gerar um retorno atrativo no futuro. Desta forma, está sinalizando negativamente para a mão de obra potencial, de que não vale a pena se qualificar, já que quando chegar o momento de se inserir no mercado de trabalho não encontrará uma atividade que corresponda as expectativas.

Segundo Lira (1998) uma grande parte da mão de obra qualificada em Alagoas encontra-se desvinculada de ocupação profissional, sendo forçada a buscar por ocupações que possuem pouca relação com sua qualificação, ou emigrar para outros estados em busca de melhores oportunidades.

Por outro lado, “Alagoas ainda é um espaço de exportação de mão de obra. A estrutura econômica local fornece poucos empregos formais, embora a formalização do mercado de trabalho tenha crescido” (LIRA, 2014, p. 119).

Além disso, na medida em que os trabalhadores qualificados emigram para outros estados brasileiros em busca de oportunidades de emprego, isso acaba reduzindo o estoque de

trabalhadores qualificados que, por sua vez, impossibilita a entrada de setores que demandam mão de obra qualificada. Ou seja, isso se configura como um problema cíclico: o trabalhador emigra porque não tem a área que lhe atrai e os novos setores não entram porque não tem trabalhador qualificado (e quando entra, é preciso importar mão de obra de outras localidades).

Um caso prático e recente, ainda na questão de incentivo à qualificação, foi apresentado em matéria no Diário Oficial do Estado de Alagoas (DOEAL), que diz respeito a como a boa fase do setor de turismo tem incentivado parte dos alagoanos na busca por qualificação profissional.

O potencial gerador de emprego e renda na cadeia produtiva do turismo de Alagoas tem sido notado pelos cidadãos que buscam uma nova oportunidade. Visando ter mais chances no concorrido mercado de trabalho, muitos têm procurado a qualificação pelo Pronatec Voluntário EAD (Ensino a Distância) que está com as matrículas abertas e em Alagoas é gerido pela oferecendo qualificação gratuita em mais de 70 cursos profissionalizantes (DOEAL, 2018).

Lembrando que dentro dessa atividade as oportunidades são diversas: gastronomia, guia turístico, atendente, comunicação etc. Novamente frisando que são atividades pertencentes ao setor de serviços que, como já foi observado, tem sido a mola propulsora da dinâmica do mercado de trabalho alagoano.

“Entre os indicadores mais utilizados para se mensurar capital humano, estão a média de escolaridade por região e faixa etária, o percentual da população que possui o nível primário, secundário, médio ou superior e o número de matrículas por categoria de estudo” (VIANA; LIMA, 2010, p.141).

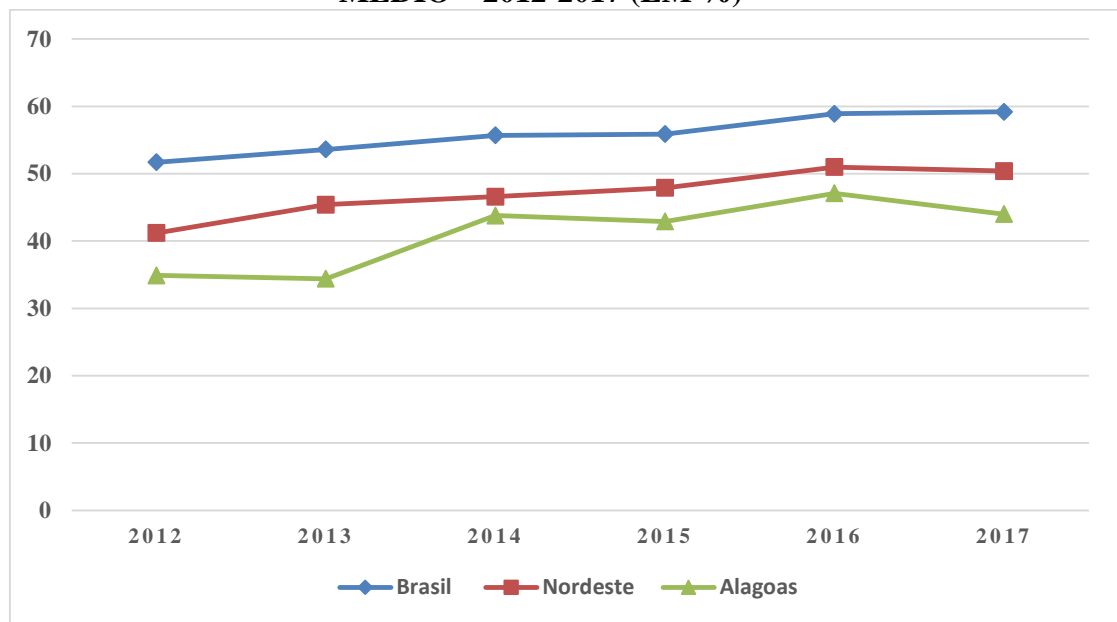
TABELA 6 – ALAGOAS: PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS POR ESCOLARIDADE

Anos de estudo	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Sem instrução e menos de 1 ano	22,75	17,98	21,41	17,63	20,44	14,71	14,73	17,63	12,22
1 a 3 anos	17,32	18,87	15,25	16,61	9,91	12,97	12,59	11,18	10,9
4 a 7 anos	27,27	26,29	24,04	25,34	23,83	24,25	22,44	21,79	24,55
8 a 10 anos	11,51	14,54	14,32	12,31	15,22	14,08	14,97	14,33	13,21
11 a 14 anos	15,69	17,25	18,38	20,66	23,93	26,57	27	26,61	27,18
15 anos ou mais	5,39	4,98	6,56	7,24	6,52	7,14	7,94	8,22	11,78

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/PNAD (2018)

A tabela 6 mostra que tem havido uma melhora no nível de instrução da população ocupada, o percentual das pessoas sem instrução ou menos de 1 ano caiu entre 2006 e 2015, isso ocorreu de maneira geral para os grupos com os menores anos de estudo. Já os grupos de 8 a 10 anos, de 11 a 14 anos e de 15 anos ou mais apresentaram crescimento nesse mesmo período.

GRÁFICO 9 – JOVENS DE 19 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO – 2012-2017 (EM %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2018)

O Gráfico 9 mostra que entre 2012 e 2017 o percentual dos jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio tem apresentado crescimento. Em 2017, 44% desses jovens concluiu o ensino médio, já em 2018 esse valor subiu para 51,7%. Isso significa que atualmente quase metade dos jovens nessa faixa etária não concluiu o segundo grau de instrução.

Considerando o intervalo de 2012 a 2018, o resultado coloca Alagoas entre os três estados que apresentaram o maior índice de crescimento de conclusão do ensino médio (AGÊNCIA ALAGOAS, 2018).

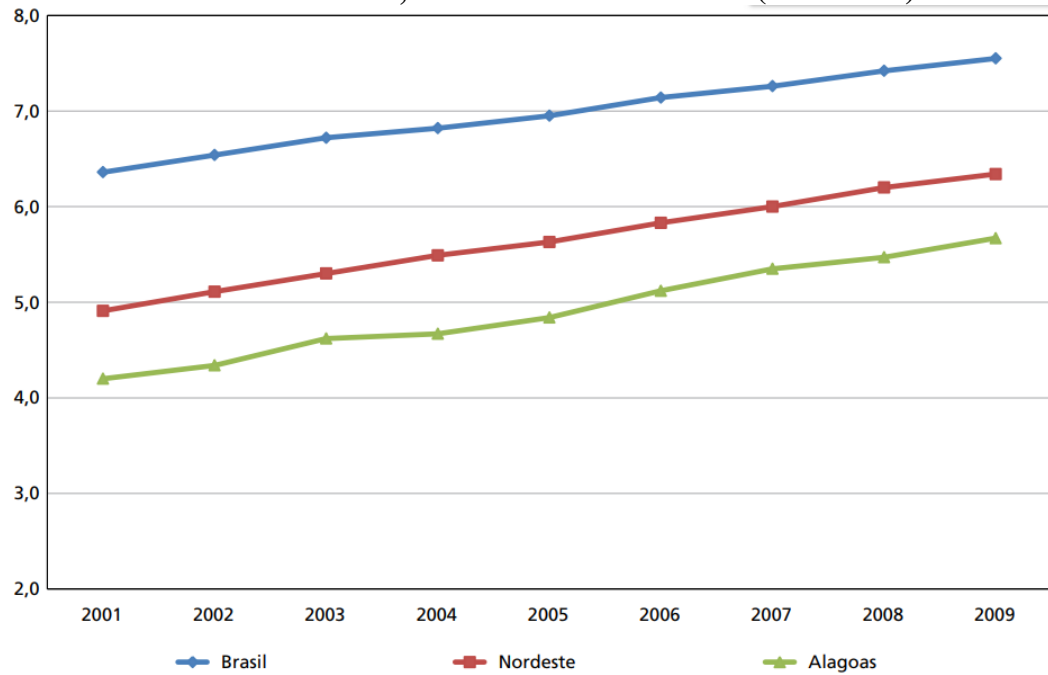
Diante de um capital humano fragilizado a economia também se fragiliza, seja do ponto de vista da subutilização, da baixa produtividade/competitividade e conseqüentemente da má distribuição de renda.

O nível de escolaridade da população alagoana é composto em sua maioria por analfabetos e pessoas com ensino fundamental incompleto, ambos totalizando 71%

da população, sendo que 7% da população possuem ensino médio completo e, apenas 3% tem formação superior (ANDRADE et. al., 2010, p.4 *apud* CARVALHO, 2008).

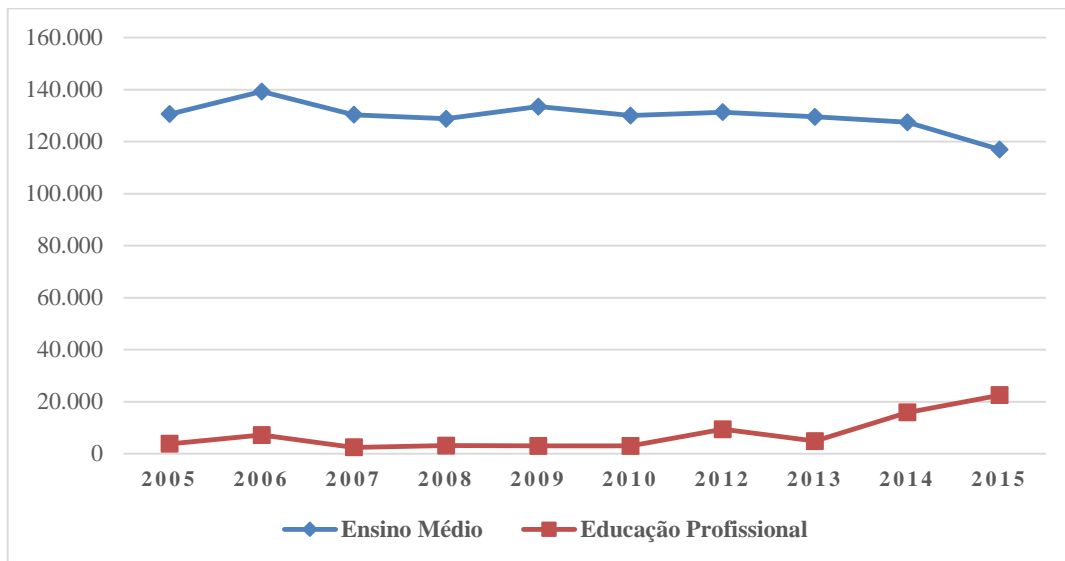
Com base no gráfico 10, observa-se que a média de anos de estudo de Alagoas esteve sempre abaixo das medias nacional e regional, entre 2001 e 2009.

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO PARA ALAGOAS, NORDESTE E BRASIL (2001-2009)



Fonte: IPEA (2012, p. 27)

GRÁFICO 11 – ALAGOAS: TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (1), 2005-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Alagoas em Dados/Anuário estatístico (2018)

Nota: (1) engloba tanto instituições públicas quanto privadas

No que diz respeito a busca por educação profissional, o gráfico 11 evidencia que somente após 2013 houve um aumento mais expressivo. Entre 2005 e 2013 o número de matrículas da educação profissional esteve sempre inferior a 10.000.

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2018), em 2016 o número de Matrículas na Educação Profissional de Nível Médio em Alagoas foi de 22.308. Comparando com o gráfico acima, isso reflete uma continuidade na procura pela educação profissional.

Na corrida de obstáculos entre oferta e demanda de e por trabalhadores mais qualificados, a educação profissional desempenha papel central, pois além de ser de prazo mais curto e permitir maior facilidade de conciliar trabalho e estudo, ela se volta mais diretamente às reais necessidades dos diferentes negócios (NERI, 2010, p.8).

A Folha Fecomércio (2017) ressalta que em função do alto índice de empregabilidade, os cursos técnicos têm oferecido novas oportunidades para aqueles que almejam entrar no mercado de trabalho em menor tempo. Esses cursos se destacam por conta da curta duração, foco em habilidades práticas, baixo valor de investimento e ter apenas o ensino médio como exigência.

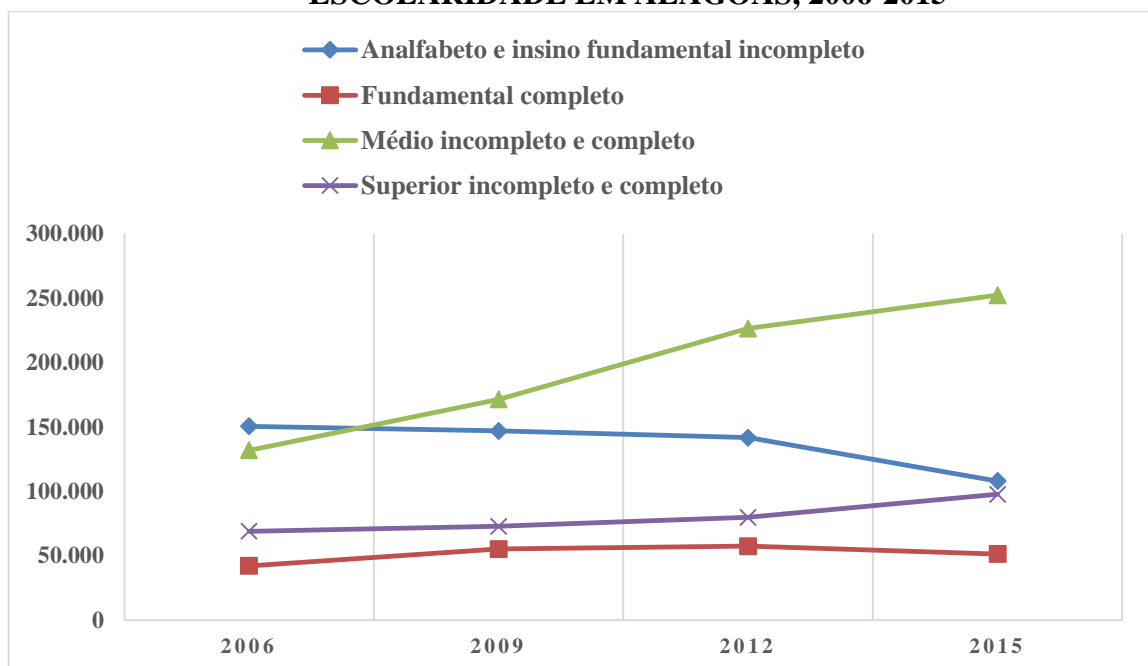
É por isso que é tão urgente melhorar a estrutura educacional do estado, para garantir que mais pessoas possam ter acesso à educação profissional. Como foi anteriormente exposto, o baixo nível de escolaridade associado a elevada taxa de analfabetismo se constituem como

um dos principais impasses a inserção de parcela expressiva dos alagoanos nos cursos profissionalizantes e, por conseguinte, no mercado de trabalho.

Gouveia e Costa (2004) afirmam que a educação profissional é um dos elementos que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do estado, promovendo a inclusão social dos vários trabalhadores no mercado de trabalho formal, tanto os que estão atuando quanto os que foram excluídos. Além disso, propicia desenvolvimento econômico, pois as empresas locais passarão a dispor de mão de obra qualificada e treinada, aumentando a produtividade e a valorização dos trabalhadores domésticos.

Os gráficos a seguir mostram o comportamento do mercado de trabalho formal por escolaridade, o que permite visualizar mais de perto a tendência recente no que tange as exigências – em termos de instrução – dos trabalhadores efetivos e potenciais, no estado e a nível nacional.

GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGOS POR ESCOLARIDADE EM ALAGOAS, 2006-2015

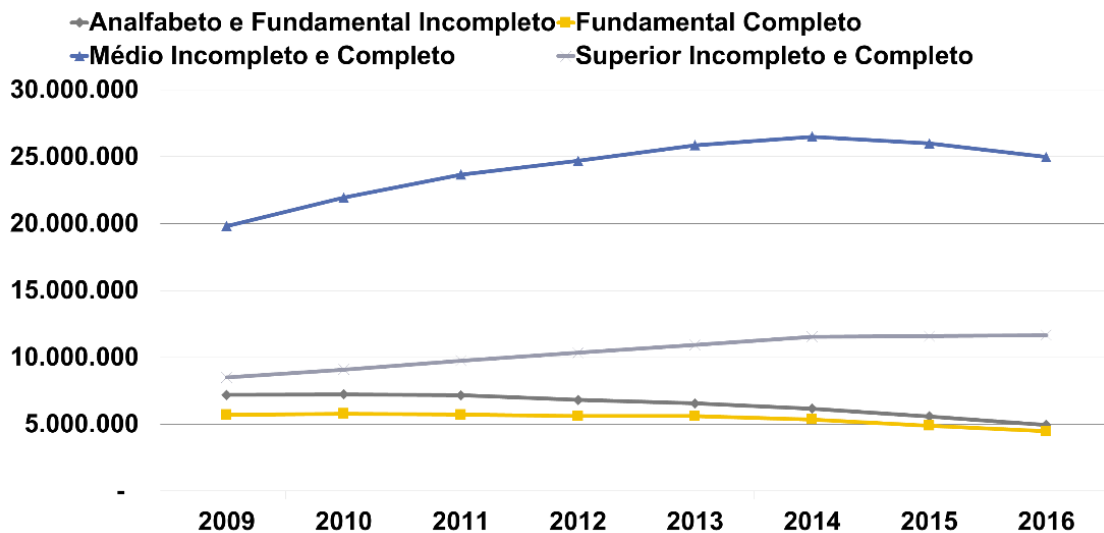


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTE/RAIS (2018)

Mediante a análise do gráfico 12, que trata acerca do estoque de emprego por escolaridade, percebemos que o número de pessoas analfabetas e com ensino fundamental incompleto está caindo progressivamente no mercado de trabalho formal em Alagoas, em contrapartida o número de pessoas com ensino superior incompleto e completo tem aumentado consideravelmente. Quando se compara ensino médio e ensino fundamental incompleto e

completo, fica ainda mais evidente o quão o mercado de trabalho tem ficado exigente em termos de instrução, nos últimos anos. Esse fenômeno é percebido também a nível nacional, como mostra o gráfico 13.

GRÁFICO 13 – BRASIL: EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGOS POR ESCOLARIDADE, 2009-2016



Fonte: MTE/RAIS (2016)

O gráfico 12, de certa forma, corrobora com a tabela 6 que apresenta um crescimento das classes com maior tempo de estudo e uma redução daquelas com menor tempo de estudo em relação a população ocupada, entre 2006 e 2015.

4.4 A questão da informalidade

A informalidade diz respeito ao contingente de trabalhadores que atua fora do âmbito da economia formal, portanto, tendo pouco ou nenhum acesso aos direitos garantidos pela legislação trabalhista.

De acordo com Pastore (2001, p. 9):

O mercado informal é um enigmático caleidoscópio composto por trabalhadores por conta própria, empregados que trabalham por tarefa (agricultura, construção civil, serviços e outros), gente que trabalha de forma intermitente, nas vias públicas, ora como empregado, ora como ambulante e até pessoas qualificadas e com trabalho mais contínuo mas todas em constante movimento de entra-e-sai que chega a confundir o observador desavisado.

Foi discutido anteriormente que a dinâmica do mercado de trabalho formal em Alagoas está fortemente sujeita a sazonalidade, por conta dos fatores já mencionados. Ou seja, como boa parte dos trabalhadores são temporários, isto é, são contratados por um prazo determinado, seja na safra da cana ou no aquecimento do comércio, no momento em que há sinais de desaceleração, ou quando simplesmente o ciclo chega no limite, grande parte dos trabalhadores será desligada imediatamente.

Essa evidente instabilidade do mercado de trabalho formal alagoano, por consequência, pode contribuir para expansão da informalidade. Isso nos leva ao questionamento sobre o que acontece com esses trabalhadores que são dispensados tanto do setor da cana quanto do comércio?

TABELA 7 – ALAGOAS: CONTRIBUIÇÃO AO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NO TRABALHO PRINCIPAL, NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADA, 2001-2015 (1000 PESSOAS).

Ano	Contribuintes	Não contribuintes
2001	338	840
2002	358	787
2003	362	809
2004	369	802
2005	385	856
2006	400	887
2007	446	857
2008	473	788
2009	207	308
2011	556	663
2012	609	641
2013	663	610
2014	649	604
2015	645	503

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/Pnad (2018)

Olhando a tabela 7 é possível ter uma noção do tamanho da informalidade em Alagoas. De 2001 a 2012 o número de não contribuintes do Sistema Previdenciários no trabalho principal esteve sempre superior ao dos contribuintes, a partir de 2013 o quadro é invertido, embora a diferença seja pouco expressiva.

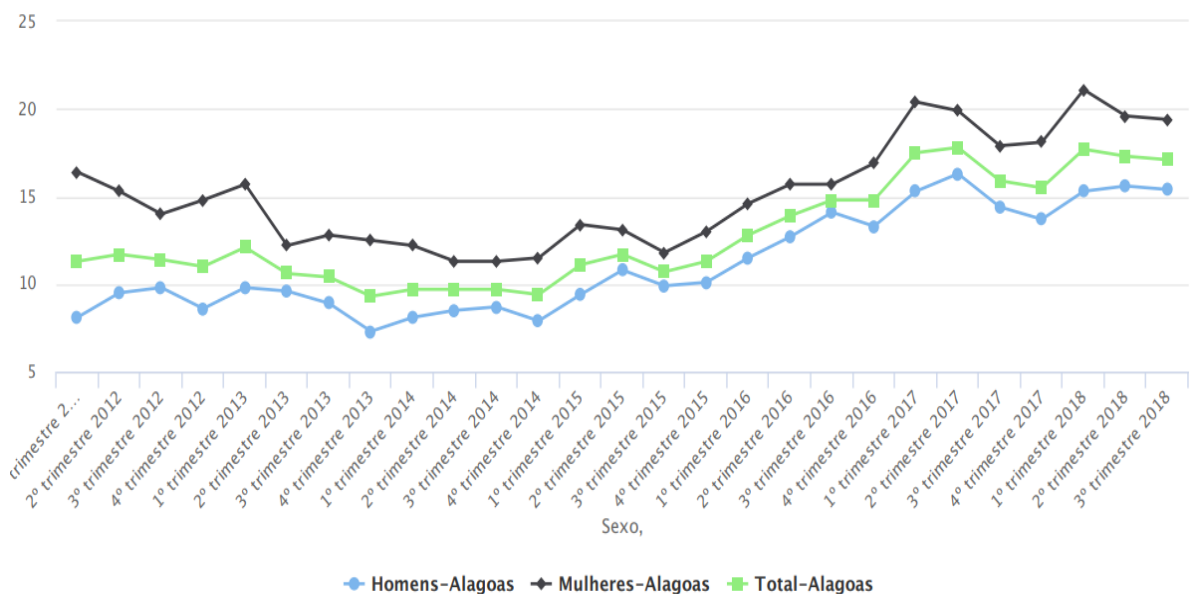
São números bastante preocupantes, ao mesmo tempo, são muito indicativos de uma economia que desponta no que tange a informalidade, refletido na elevada parcela da população ocupada que não contribui para a Previdência Social. De maneira geral, se compararmos com

a tabela 9, que será apresentada no capítulo seguinte, é perceptível uma tendência de expansão bastante lenta do mercado formal.

O desemprego, principalmente o de longa duração, é um fator importante para explicar o crescimento da informalidade. Isso se dá porque em grande medida os trabalhadores informais surgem a partir do desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, ou seja, os desempregados precisam exercer algum tipo de atividade para ter acesso ao rendimento.

Em geral, diante da impossibilidade de conseguir emprego na economia formal, resta apenas recorrer aos mecanismos de amparo aos trabalhadores em situação de desemprego, ou tender para a informalidade.

GRÁFICO 14 – ALAGOAS: TAXA DE DESOCUPAÇÃO, POR SEXO, DO 1º SEMESTRE DE 2012 AO 3º TRIMESTRE DE 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

O gráfico 14 revela que Alagoas, no intervalo considerado, tem apresentado elevadas taxas de desocupação trimestral, inclusive algumas delas estiveram entre as mais elevadas a nível nacional. No 4º trimestre de 2017, por exemplo, a taxa desocupação alagoana foi de 15,5%, a maior do país. No segundo trimestre de 2018, por sua vez, a taxa de 17,3% ficou na segunda colocação nacionalmente.

Em fala concedida ao portal Cada Minuto (2016) o economista e professor, Cícero Péricles, destacou o elevado nível de informalidade e o período de entressafra da cana de açúcar como fatores principais no sentido de explicar o alto desemprego no estado.

As atividades informais têm um comportamento bastante instável fortemente ligadas aos movimentos econômicos da economia formal, como em Alagoas a situação marcante é o baixo dinamismo, é possível deduzir o quão dramático é a situação de grande parte dessas pessoas que atuam na informalidade.

Em Alagoas, entre 2003 e 2011, “o único setor que registra queda do trabalho formal é o agropecuário, pois esse trabalhador formal é o assalariado durante a safra da cana de açúcar” (LIRA, 2014, p. 122).

Os que não têm carteira assinada ou outro contrato formal compõem a maioria do conjunto dos empregados e sobrevivem como autônomos, trabalhando por conta própria. Os trabalhadores informais concentram-se nas atividades dos micro e pequenos empreendimentos comerciais, na autoconstrução, nos serviços e na agricultura familiar. As safras ou estações influenciam esse mercado. Quando a economia melhora, eles podem ganhar um pouco mais e empregar um parente ou conhecido; não é um emprego formal, com carteira, garantias trabalhistas e previdenciárias, mas uma ocupação, em geral, temporária (CARVALHO, 2014, p. 108).

Lira (2014) afirma que o mercado informal se desenvolve de maneira integrada ao mercado formal, inclusive a renda gerada pela informalidade é despendida na aquisição de bens e serviços produzidos formalmente, o contrário também é verdade.

A informalidade, portanto, é outra questão que merece destaque e atenção das autoridades públicas. Ou seja, precisa ser entendida e encarada como um fenômeno heterogêneo e que dificulta a expansão dos efeitos positivos da reestruturação econômico-produtiva, pois como as economias formal e informal se desenvolvem de maneira imbricada, acaba dificultando a percepção dos reais efeitos das possíveis expansões econômicas.

5 Dinâmica da renda

5.1 Da geração

Após feita a análise da dinâmica do emprego, agora é necessário direcionar o foco para a questão da remuneração do fator trabalho.

O setor sucroalcooleiro foi e continua sendo um dos setores que mais emprega no estado, isso significa que há um grande contingente de trabalhadores recebendo baixa remuneração de um setor fortemente sujeito a sazonalidade.

Sem embargo, “A expansão do comércio, do setor de serviços e da indústria tem contribuído com a oferta de novos postos de trabalho formais, com melhor nível de remuneração, embora ainda abaixo da média nacional” (FIGUEIREDO; SPINELLI, 2014, p. 113).

TABELA 8 – ALAGOAS: REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZ/2016 (1) ALAGOAS - 2015 E 2016

Subsetor de Atividade Econômica	2015	2016	Variação (%)
Extrativa mineral	6.089,61	5.619,86	-7,71
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.836,36	1.812,51	-1,30
Indústria metalúrgica	1.597,71	1.445,93	-9,50
Indústria mecânica	2.102,70	2.066,78	-1,71
Indústria do material elétrico e de comunicações	2.765,38	2.542,06	-8,08
Indústria do material de transporte	1.454,23	1.396,38	-3,98
Indústria da madeira e do mobiliário	1.167,89	1.252,17	7,22
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1.467,46	1.531,14	4,34
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	1.487,64	1.543,79	3,77
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários	2.575,44	2.732,05	6,08
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1.221,04	1.165,05	-4,59
Indústria de calçados	1.174,59	1.219,66	3,84
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.650,58	1.678,12	1,67
Serviços industriais de utilidade pública	3.629,24	3.854,59	6,21
Construção civil	1.878,97	1.649,08	-12,23
Comércio varejista	1.260,76	1.322,13	4,87
Comércio atacadista	1.636,28	1.629,33	-0,42

Instituições de crédito, seguros e capitalização	5.850,66	5.610,48	-4,11
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	1.405,27	1.421,53	1,16
Transportes e comunicações	1.880,16	1.930,01	2,65
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	1.397,37	1.451,31	3,86
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.629,03	1.666,94	2,33
Ensino	3.154,78	3.098,95	-1,77
Administração pública direta e autárquica	2.940,14	3.037,30	3,30
Agricultura, silvicultura, criação de animais	1.168,66	1.246,25	6,64
Total	2.105,74	2.135,84	1,43

Fonte: MTE/Rais (2018)

A tabela 8 mostra que Alagoas segue a tendência nacional no que se refere a remuneração média por setor de atividade, pois, como é possível observar, os subsetores que apresentaram as maiores remunerações foram aqueles pertencentes a administração pública, serviços e a indústria.

Em geral, tem havido um aumento significativo tanto na geração de empregos formais (principalmente influenciado pelo setor de serviços) quanto na renda média, como é possível visualizar na tabela 9.

TABELA 9 – ALAGOAS: EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO (2003-2011)

Ano	Trabalhadores com contrato	Renda Média
2003	315.691	588,61
2004	346.503	732,84
2005	367.116	804,36
2006	393.232	888,70
2007	407.977	1.031,28
2008	425.033	1.058,09
2009	446.130	1.251,40
2010	470.992	1.363,33
2011	497.898	1.414,65
2012	505	1.544,22

Fonte: Carvalho (2014, p. 106) a partir de dados do MTE (2014)

Como explicado anteriormente, essas novas formas de serviços se apresentam mais exigentes em termos de instrução e de qualificações específicas (com destaque para as atividades ligadas a economia do turismo), seguindo a própria tendência atual do mercado de trabalho nacional.

TABELA 10 – BRASIL: REMUNERAÇÃO SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE – R\$ (2010/16)

IBGE Setor	2012	2013	2014	2015	2016
Extrativa mineral	6.555,14	6.867,38	6.924,28	6.624,93	6.307,67
Indústria de transformação	2.771,34	2.865,48	2.893,36	2.815,21	2.820,90
SIUP	4.904,16	4.727,22	4.806,09	4.650,94	4.945,08
Construção Civil	2.326,17	2.426,00	2.437,19	2.319,09	2.304,33
Comércio	1.863,01	1.930,59	1.952,03	1.882,91	1.912,93
Serviços	2.697,75	2.787,55	2.849,52	2.795,99	2.811,39
Administração Pública	3.942,44	4.024,11	4.128,70	4.015,79	4.068,53
Agropecuária	1.622,45	1.721,91	1.738,60	1.693,42	1.721,80
Total	2.766,35	2.854,45	2.904,59	2.830,33	2.852,62

Fonte: RAIS (2016)

Nota: deflacionado a preços de Dezembro de 2016 pelo INPC/IBGE.

A tabela 10 mostra que nacionalmente o setor de serviços fica em quarto lugar em termos de remuneração, a extrativa mineral segue com a maior remuneração seguida da administração pública. A agropecuária, por sua vez, apresenta a menor remuneração.

Em todos os anos, entre 2012 e 2016, a remuneração do setor de serviços foi superior aquelas observadas nos setores da construção civil, comércio e agropecuária, além disso, esteve muito próxima da remuneração da indústria de transformação. A remuneração do comércio, por sua vez, conseguiu apenas ser superior a do setor de Agropecuária.

TABELA 11 – ALAGOAS: REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZ/2016 (1) POR ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	2015	2016	VARIAÇÃO (%)
Analfabeto	1.219,02	1.303,44	6,93
5ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.408,91	1.452,42	3,09
5ª série completa do Ensino Fundamental	1.526,10	1.406,32	-7,85
De 6º até 9ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.360,34	1.479,23	8,74
Ensino Fundamental completo	1.638,27	1.592,12	-2,82
Ensino Médio incompleto	1.907,37	1.977,03	3,65
Ensino Médio completo	1.598,46	1.609,23	0,67
Superior incompleto	3.059,98	2.890,57	-5,54
Superior completo	4.642,00	4.619,80	-0,48
Total	2.105,74	2.135,84	1,43

Fonte: RAIS (2016)

Notas: (1) Deflator NPC

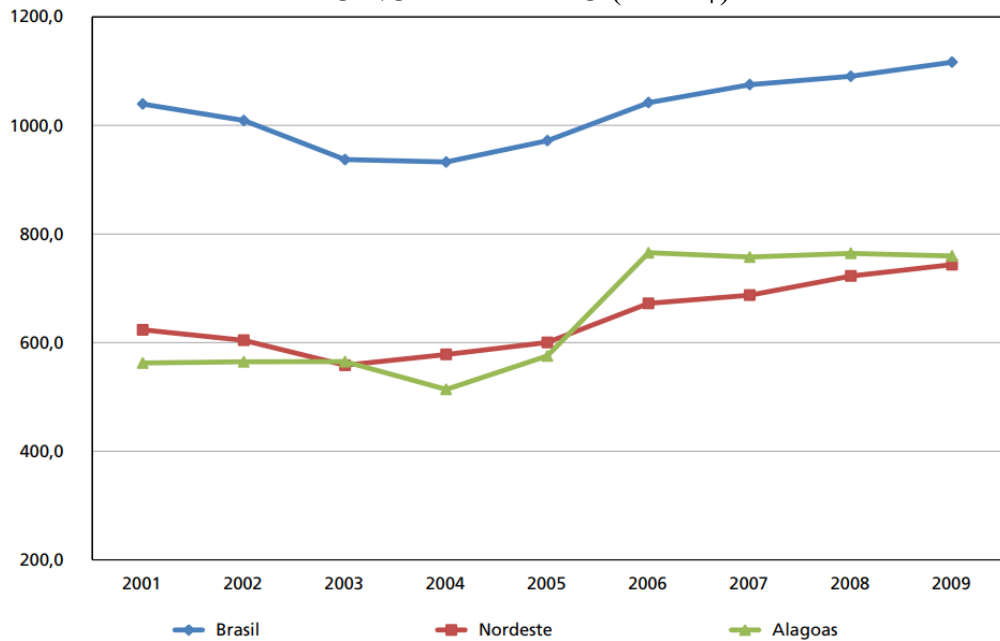
A tabela 11 reflete uma relação direta entre o nível de escolaridade e a remuneração. Como era de se esperar, as pessoas com ensino superior completo são as que recebem os melhores níveis salariais. “Isso mostra que quanto mais cresce o número de anos de estudos, mais o rendimento também cresce, reforçando, sobremaneira, a importância de políticas públicas voltadas para a educação básica e a profissionalizante no estado no acesso à renda de seus habitantes” (GOUVEIA; COSTA, 2004, p. 14).

Nesse sentido, Lira (2014) pontua que a educação se destaca dentre as políticas sociais, uma vez que o grau de instrução tem relação com a produtividade e a renda dos trabalhadores, ademais, possibilita a promoção do desenvolvimento local mediante estímulos e investimentos.

Percebemos que a tarefa do Estado no sentido de promover a ampliação do emprego e da renda é dupla, ou seja, além de criar um ambiente atrativo para a entrada dos grandes empreendimentos e investimentos produtivos, necessita intensificar as políticas voltadas para a educação e capacitação profissional, bem como dos mecanismos e organizações de apoio à empregabilidade.

Em outras palavras, pouco adianta a ampliação dos grandes e complexos empreendimentos, se o estado não conta com mão de obra qualificada que atenda minimamente as exigências requeridas, do mesmo modo, se temos um capital humano dotado de qualificação e instrução mas há forte subutilização de mão de obra, a tendência é haver um expressivo fluxo de emigração desses trabalhadores para outros entes federativos.

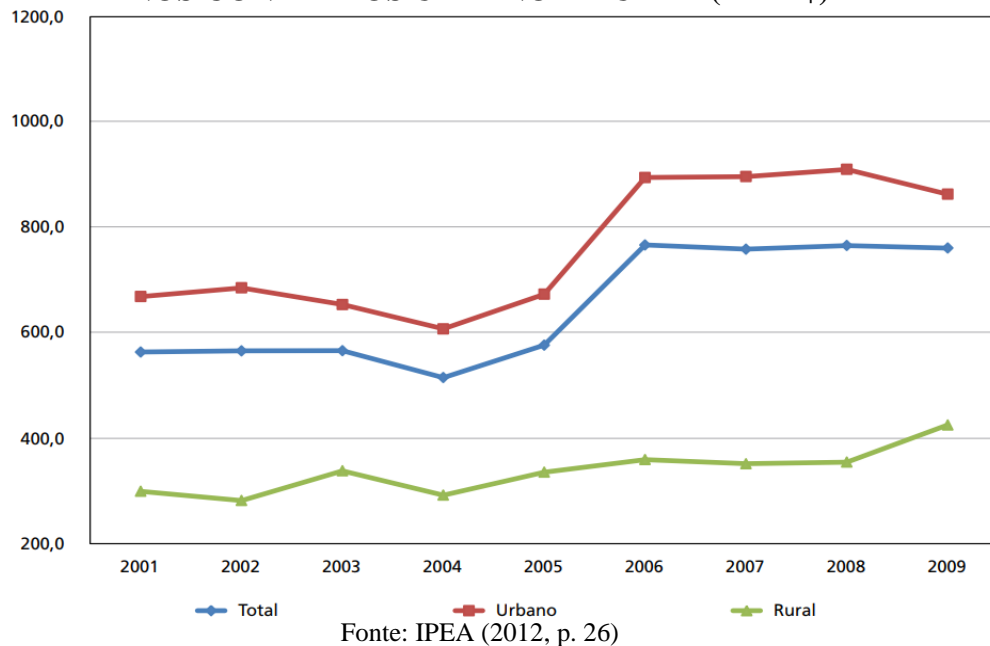
GRÁFICO 15 – BRASIL, NORDESTE E ALAGOAS: RENDIMENTO MÉDIO NO TRABALHO (EM R\$)



Fonte: IPEA (2012, p. 25)

Olhando mais amplamente, o gráfico 15 mostra que o rendimento médio no trabalho apresenta uma trajetória de elevação entre 2004 e 2006, inclusive a partir de 2005 a média alagoana foi superior a do Nordeste. No entanto, percebe-se que a partir de 2006 a tendência segue uma trajetória praticamente constante, mas permaneceu acima da média do Nordeste.

GRÁFICO 16 – ALAGOAS: RENDIMENTO MÉDIO NO TRABALHO NOS CONTEXTOS URBANO E RURAL (EM R\$)



Comparando o rendimento médio no trabalho nos contextos urbano e rural, está bastante claro que no primeiro a remuneração é significativamente superior, conforme mostra o gráfico 16.

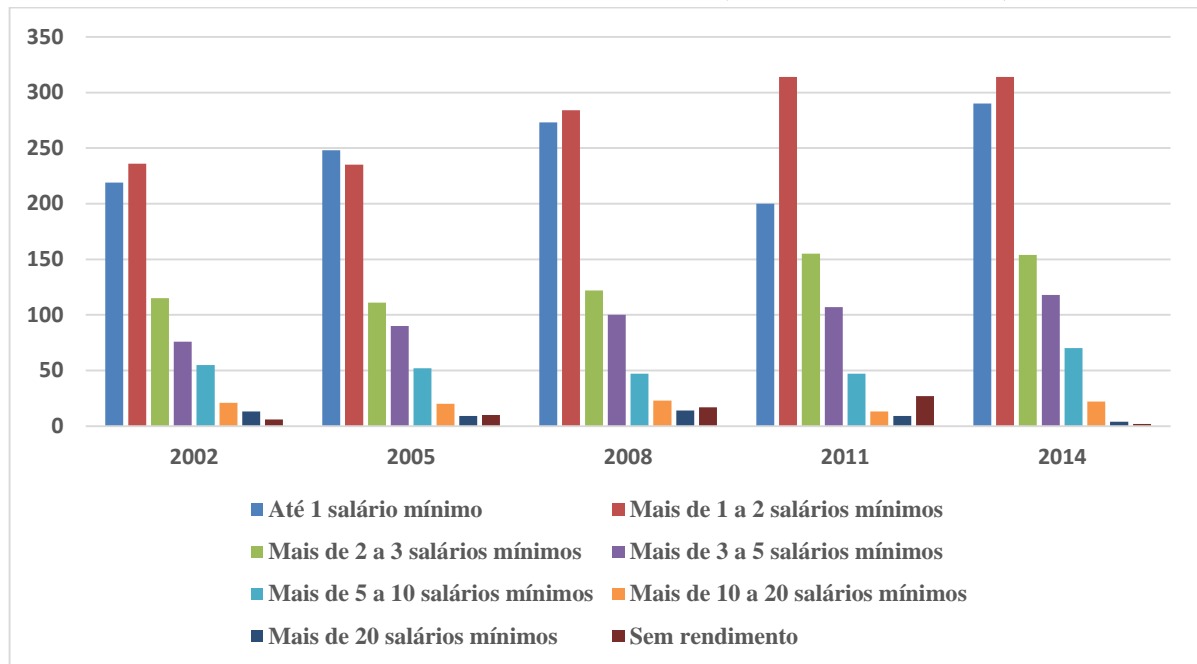
5.2 Da distribuição

Neste tópico será discutido acerca da estrutura distributiva da renda em Alagoas, destacando alguns fatores explicativos e as tendências mais recentes.

A partir da análise do gráfico 17 podemos extrair duas observações importantes. A primeira é que de fato tem havido uma mudança na estrutura da renda ao longo do tempo, embora que ainda seja bastante acanhada.

O número de domicílios que ganhavam até 1 salário mínimo caiu entre 2003 e 2015, em contrapartida, aqueles que ganhavam de mais de 1 a 2 salários mínimos cresceu. Também se observa um crescimento do número de domicílios que ganhavam de 3 a 5 salários mínimos, saindo de 76 mil em 2002 para 118 mil em 2014.

GRÁFICO 17– ALAGOAS: RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOMICILIAR, POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO (1000 DOMICÍLIOS)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/PNAD

A segunda observação é que a concentração de renda ainda é bastante elevada no Estado, quando, por exemplo, em 2014 apenas 4 mil domicílios ganhavam acima de 20 salários mínimos, representando menos de 0,5%.

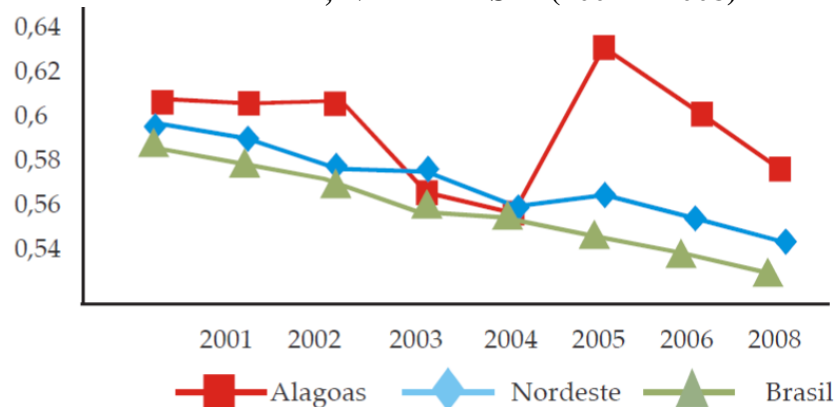
Como é possível visualizar, as duas primeiras classes de rendimento (até 1 salário mínimo e de 1 a 2 salários mínimos) representam mais da metade dos domicílios no estado. Além disso, as mudanças distributivas foram muito inexpressivas ao longo de tempo.

Nessa perspectiva, Rosário e Junior (2014) afirmam que a partir desse nível salarial fica evidente que, em termos de qualidade, o emprego gerado em Alagoas ainda deixa muito a desejar, refletindo a baixa qualificação dos trabalhadores. Podemos perceber, portanto, que o baixo nível de qualificação contribui fortemente para a desigualdade de renda.

Outra maneira de analisar o comportamento da distribuição de renda, é através do Índice de Gini. Este último é um método amplamente difundido no sentido averiguar o nível de concentração da renda em um dado contexto.

“[...] Quanto mais próximo de 1,0, maior a concentração de renda inerente às pessoas, famílias e grupos, a renda está razoavelmente distribuída até o nível de 0,450. Acima disso começa a perversão social do sistema produtivo” (LIRA, 2014, p. 26 *apud* LIRA, 1997).

GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI PARA AL, NE E BRASIL (2001 A 2008)



Fonte: Caldas (2010, p. 81) a partir de dados do IBGE

Alagoas é um dos estados mais concentradores de renda do país, algo que já deve ter ficado bastante perceptível a partir da análise do gráfico do rendimento médio por domicílio.

O gráfico 18 mostra que, no intervalo considerado, só entre 2004 e 2005 foi que Alagoas apresentou uma melhora mais significativa no quadro distributivo da renda. No geral, a tendência é de queda na desigualdade, mais ainda permanece em um nível muito elevado.

Acerca desse alto nível de concentração, Lira (1998, p.78) argumenta que “[...] se explica em boa parte, pela falta de instrução de sua população. Postos de trabalho desqualificados e de operação simples são facilmente mecanizados e, portanto, de baixa remuneração.

Figueiredo e Spinelli (2014, p. 113) evidenciam que:

Com o esperado enxugamento do setor sucroalcooleiro, em função de seu processo de mecanização ora em curso, é possível que a melhoria da renda do trabalho assalariado seja uma tendência do Estado. Isso, porém, depende da melhoria dos indicadores da educação e do aproveitamento, pela população, dos atuais cursos de qualificação e capacitação profissional, ofertados gratuitamente, associados a uma política de estímulo a novos investimentos privados. As atividades relacionadas ao turismo podem ser uma boa aposta para o estado, considerando o ritmo de crescimento do setor de serviços em todo o país.

Fica evidente que há em Alagoas uma tendência de melhora nos seus indicadores sociais, resultante principalmente da ação dos programas sociais, mas também deve-se ao maior dinamismo econômico promovido pela ampliação do trabalho formal e pela ampliação do poder aquisitivo do salário mínimo. O impeditivo de um maior poder de alcance desses impactos transformativos se dá justamente por conta da manutenção das estruturas arcaicas que acabam inviabilizando a superação das desigualdades diversas (LIRA, 2014).

6 Considerações finais

Diante de tudo que foi exposto, ficou evidente que o estado de Alagoas vem passando por um processo de reestruturação econômica e produtiva, ou seja, deixando de ter progressivamente a sua dinâmica econômica determinada pela agropecuária e o setor sucroalcooleiro, ao mesmo tempo, em que se observa a expansão de atividades ligadas aos setores secundário e terciário.

Esse processo transformativo, que não é algo exclusivo da realidade alagoana, tem repercutido sobre a dinâmica do emprego e renda, provocando alterações significativas nessas variáveis.

As externalidades oriundas dos programas empreendidos no plano federal, tanto sociais quanto de investimento, tem gerado um maior dinamismo, geração de emprego e renda e, por conseguinte, elevado o padrão de consumo das famílias em Alagoas (GOMES, 2011).

Rosário e Junior (2014) quando tratam acerca da insustentabilidade dos estímulos econômicos federais ao longo do tempo, chamam a atenção para a importância de se promover o dinamismo da indústria local tendo em vista a geração de renda de forma endógena.

Nesse sentido, é crucial que o Estado seja capaz de inserir-se com eficiência nesse contexto de transformação, sobretudo de propiciar um ambiente apto para a diversificação, estruturado e competitivo.

Na realidade, como destacam Rosário e Junior (2014, p.24) “o bom ambiente empresarial deve ser fruto de uma política pública local, que irá resultar em maior acumulação de capital por parte das empresas e famílias, seja ao empreender um negócio local, seja recebendo melhores salários”.

Criar um ambiente apto para a diversificação consiste na aplicação de políticas de incentivos mais eficientes e apoio aos empreendedores locais, com uma infraestrutura atrativa e contas públicas em ordem. Mais do que isso, é necessário ainda o fortalecimento do mercado interno e um capital humano bem preparado e produtivo.

No que se refere a questão do capital humano em Alagoas, foi observado que há um quadro bastante complexo, tendo muito ainda para ser melhorado. Como fora destacado, a baixa qualidade do capital humano se configura como um impasse ao desenvolvimento.

Sem embargo, as pessoas reagem a incentivos, ou seja, os trabalhadores potenciais e efetivos necessitam perceber que a busca por instrução e qualificação profissional vale a pena. Diante de uma percepção negativa do mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito

a subutilização da mão de obra, o custo inicial do investimento em capital humano torna-se bastante elevado.

É importante destacar, que essa tendência transformativa vai justo sentido de incentivar os trabalhadores – potenciais e efetivos – a buscarem por instrução e diferencial de mercado. Ademais, contribui significativamente para mudar a situação distributiva da renda. O turismo, por exemplo, tem sido a grande aposta para, além de ampliar o dinamismo da economia alagoana, incentivar as pessoas a buscarem por qualificação profissional, como foi visto.

De maneira geral, o setor de serviços vai continuar se consolidando como mola propulsora da dinâmica econômica atual, pois além de se recuperar mais rápido quando a economia volta a aquecer, ainda recebe o efeito transbordamento dos outros setores de atividade, como o da construção civil e da própria economia do turismo.

Dada a dificuldade no processo de absorção de mão de obra por parte desses novos setores, por conta da baixa qualificação daqueles que são alvo da sazonalidade do mercado de trabalho, os impactos transformativos acabam sendo mais lentos e graduais, demandando um longo prazo (FIGUEIREDO; SPINELLI, 2014).

Mesmo com os avanços nas questões educacionais, inclusive com uma ampliação da educação profissional nos últimos anos, reflexo dos programas empreendidos no estado, ainda é preciso continuar intensificando essas políticas, principalmente no combate ao analfabetismo e ao trabalho infantil, bem como do aperfeiçoamento do sistema educacional.

Lira (1998) destaca que a integração de Alagoas a nova ordem econômica, está sujeita a superação das deficiências do sistema educacional, uma vez que a globalização que dá ênfase a eficiência e a qualidade, enseja um nível de instrução de grande parte da sociedade.

Para viabilizar esse projeto educacional, sugerimos, ainda, a adoção das seguintes medidas: modificação no aparato burocrático técnico-administrativo da Secretaria de Educação, com vistas à superação dos entraves que têm comprometido o desempenho dos sistemas de ensino; fortalecimento das estruturas municipais de educação; melhoria da gestão nas secretarias estadual e municipais; aquisição, em tempo hábil, de livros e de material de ensino e aprendizagem; reforma, ampliação e construção de escolas e aquisição de equipamentos escolares, que melhorariam a capacidade de atendimento da rede pública (LIRA, 1998, p.117).

Em Alagoas, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) têm desempenhado um papel fundamental na ampliação da educação profissional. Ademais, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA) e os demais programas e instituições que atuam com educação profissional também contribuem

significativamente para o crescimento dessa modalidade nos últimos anos, algo que ficou bastante perceptível mediante a análise dos dados expostos no tópico 4.3 deste trabalho.

Desta forma, é possível apontar duas ações possíveis que podem contribuir com o aumento do emprego e da renda por meio da educação:

- i. Ampliar e fortalecer o acesso à educação básica – em um contexto de maiores exigências do mercado de trabalho, a busca por qualificação e diferencial de mercado é fator de extrema relevância, porém, para ter acesso a esses cursos profissionalizantes é necessário, na maioria das vezes, ter o ensino fundamental e médio completos. Lembrando que Alagoas ainda possui uma elevada taxa de analfabetismo (foi de 18,2% em 2017), e quase metade dos jovens de 19 anos não concluiu o ensino médio. A mudança desse quadro depende de um conjunto de ações que envolvem o combate ao analfabetismo, a evasão escolar e ao trabalho infantil, estas, por sua vez, estão sujeitas as condições socioeconômicas do estado, uma vez que muitos jovens e crianças são forçados a abandonar os estudos por diversos fatores: procurar trabalho (ajudar com as despesas familiares), gravidez precoce, falta de incentivos etc. Por isso os programas sociais são imprescindíveis no sentido de amenizar esses fatores supracitados.
- ii. Incentivos à educação profissional – como já foi discutido, o investimento em capital humano requer uma expectativa positiva do retorno que isso proporcionará no futuro. Ou seja, trabalhadores efetivos e potenciais precisam confiar que esse tempo e recursos despendidos em instrução e cursos profissionalizantes, por exemplo, irá resultar em um ganho atrativo. As instituições e os programas com enfoque na educação profissional precisam ter uma maior capacidade de perceber as demandas por mão de obra latentes, como no caso da expansão do turismo que é possível ter uma noção mínima de quais atividades serão impactadas e, por conseguinte, quais delas irão aumentar o número de contratações. Os cursos ofertados, desta forma, deveriam estar relacionados com essas percepções, quer dizer, mais do que ampliar o número de vagas de cursos profissionalizantes, é necessário diversificar as opções em função das demandas. Além disso, o estado precisa ser capaz de criar um ambiente propício a atração de novos empreendimentos e investimentos produtivos gerando mais empregos, com isso, estará sinalizando positivamente para aqueles estão investindo em instrução e qualificação profissional.

Gouveia e Costa (2004, p. 25) concluem que o investimento maciço em educação profissional:

[...] dará suporte às principais atividades econômicas geradoras de emprego e renda no estado e tornará possível a diversificação de atividades econômicas produtivas, atrairá novos investimentos e possibilitará que o turismo e outras grandes atividades econômicas com potencial de gerar emprego e renda em Alagoas possam ser mais bem explorados economicamente, trazendo os devidos retornos econômicos, sociais e ambientais, diminuindo, dessa forma, as desigualdades sociais e a pobreza do estado.

Cabe destacar ainda, que o estado de Alagoas se encontra em processo de transição, ou seja, a tendência é que a reestruturação econômico-produtiva continuará ocorrendo e provocando mudanças na economia como um todo.

Assim, se faz necessário construir um conhecimento da economia alagoana, sobretudo levando em conta esse processo transformativo atual e percebendo os limites e potenciais que decorrem dessa dinâmica, pois a fixação e o poder de alcance dessas mudanças estão sobremaneira sujeitos as percepções das autoridades públicas, dos *policymakers* e das instituições. Desta forma, será possível traçar as estratégias mais precisas no sentido de promover a ampliação do emprego e da renda.

7 Referências

AGÊNCIA ALAGOAS. **AL é um dos três estados com maior aumento no índice de conclusão do Ensino Médio.** Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/28362-al-e-um-dos-tres-estados-com-maior-aumento-no-indice-de-conclusao-do-ensino-medio>>. Acesso em 22 de dezembro de 2018.

AGÊNCIA ALAGOAS. **Comércio é o macro setor com mais empresas ativas em Alagoas, diz Juceal.** Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/23783-comercio-e-o-macro-setor-com-mais-empresas-ativas-em-alagoas-diz-juceal>>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

ALAGOAS. **Anuário Estatístico de Alagoas.** V. 1, 1978 Interrompido de 1981 a 1996 Maceió: SEPLAN-CGPLAN, 2006.

ALAGOAS. **Anuário Estatístico de Alagoas.** - Ano 14, n. 14 (1975) -. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2007.

ALAGOAS. **Anuário Estatístico de Alagoas.** - Ano 15, n. 15 (1975) -. -Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2008.

ALAGOAS. **Anuário Estatístico de Alagoas.** - Ano 2009 n. 16 (1975). - Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2010.

ALAGOAS. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas.** - Ano 2010, n. 17 (1975) -. - Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico 2011.

ALAGOAS. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas.** - Ano 2012, n. 19 (1975) -. - Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2013.

ALAGOAS. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas.** - Ano 20, n. 20 (1975) -. -Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2014.

ALAGOAS. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas.** - Ano 21, n. 21 (1975) -. -Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2016.

ALAGOAS. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas.** - Ano 22, n. 22 (1975) -. -Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2017.

ALAGOAS. **Contas Regionais do Estado de Alagoas.** - Ano 2010, n. 10 (2001) -. -Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2011.

ALAGOAS. **Contas Regionais do Estado de Alagoas.** – Ano 14, n.14 (2001) -. -Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2014.

ALAGOAS. **Crescimento do turismo incentiva alagoanos a buscar qualificação.** Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 26 de fevereiro de 2018. Seção 1, p. 1.

ANDRADE, J. A. V.; SORGATO, L. A. A.; NUNES, M. C. L.; CARVALHO, C. P. O. **A Influência das Transferências de Renda no Estado de Alagoas: Um Link entre os Principais Programas Econômicos e Sociais Vigentes.** In: Anais do 13º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica –BIEN, 2010.

CADA MINUTO. **Taxa de desemprego em Alagoas é a mais alta do país, aponta dados do IBGE.** Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/284626/2016/03/29/taxa-de-desemprego-em-alagoas-e-mais-alta-do-pais-aponta-dados-do-ibge#>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

CAGED – **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2003-2017)**
CALDAS, Renata de M. **Causas da persistente desigualdade de renda em Alagoas: uma análise de decomposição do índice Theil-T.** Revista Economia Política do Desenvolvimento, v. 3, n. 8, p. 75, 2010.

CARVALHO, Cicero, P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana.** – 3. Ed. rev. e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2009.

CARVALHO, Cícero, P. **Economia popular: uma via de modernização.** – 5. ed. rev. e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2014.

EHRENBERG, Ronald G; SMITH, Robert S. **A moderna Economia do Trabalho.** São Paulo: MAKRON Books, 2000.

ENSSLIN, Leonardo; VIANNA, William Barbosa. **O design na pesquisa quali-quantitativa em engenharia de produção—questões epistemológicas.** Revista Produção Online, v. 8, n. 1, 2008.

FIGUEIREDO, Thiago Queiroz de; SPINELLI, Carlos Humberto. **Diagnóstico atual do mercado de trabalho formal em Alagoas: breve análise dos últimos sete anos (2007–2014).** Olhares Plurais, v. 2, n. 11, p. 107-123, 2014.

FOLHA FCOMÉRCIO. **Cursos técnicos: Senac Alagoas abre matrículas para cursos Técnicos na área de Estética, Gestão, Saúde, Segurança, Tecnologia e Turismo.** Revista do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac Alagoas, Alagoas, ano XVIII, n.169, p. 19, 2017. Disponível em: < <https://www.sescalagoas.com.br/wp-content/uploads/2018/01/FolhaFecomrcioDezembro2017.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Fábio Guedes. **A importância do turismo na economia Alagoana.** Disponível em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/242826/2014/03/21/a-importancia-do-turismo-na-economia-alagoana>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

GOMES, Fábio Guedes. **A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional.** Revista economia política do desenvolvimento, v. 4, n. 10, p. 151-186, 2011.

GOMES, Fábio Guedes. **Reflexões críticas sobre a realidade e dinâmica recente da economia alagoana**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/Texto_para_o_CICEF.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

GOUVEIA, Alexandra M.R.C.; COSTA, Sílvio R.A. **Pesquisa da demanda por educação profissional no Estado de Alagoas em 2003**. UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-quality/technical-and-vocational-education/pesquisas-de-base-para-a-educacao-profissional/>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

IBGE. **Contas regionais do Brasil**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/10060/60147>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

IBGE. **Séries históricas e estatísticas**. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

IPEA. **Situação Social nos Estados – Alagoas**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13926&Itemid=2>. Acesso em 2 de outubro de 2018.

LIMA, A. A. (2001). **A agroindústria canavieira alagoana: da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990**. Campinas, SP. IE-UNICAMP. (Dissertação de mestrado).

LIRA, F. J. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

LIRA, F. J. **Realidade, desafios e possibilidades: pensando em saídas para a crise de Alagoas**. UFAL, 1998.

LIRA, Sandra (ORG.). **Alagoas: 2000-2013**. Estudos Brasileiros. – São Paulo: Perseu Abramo, p. 132-150, 2014.

MACEIÓ. Alagoas em dados. **Nota técnica n. 38 de outubro de 2015**. Desempenho do setor de turismo em Alagoas, para setembro de 2015. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/b383ce02-7fa8-47a0-94e6-97864d1f48c0/resource/8c767c66-e413-4e9a-aad6-d4a05d5a528b/download/2015.nt38desempenhodosetordeturismoemalagoasparasetembrode2015.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

MACEIÓ. Alagoas em dados. **Nota técnica n. 49 de novembro de 2016**. Produto Interno Bruto de Alagoas (PIB) para o ano de 2014. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/b1727840-9b78-4011-b0ca-338bda7f1a96/resource/4d43b52f-415a-4f10-a161->>

a2e3dc81c507/download/nt49produtointernobrutodealagoaspibparaoanode2014.pdf.>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

NERI, Marcelo Cortes. **A Educação profissional e você no mercado de trabalho**. – Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

PASTORE, José. **Como reduzir a informalidade?** Revista de Indicadores Sociais, IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti_004.htm>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (2006-2016).

ROSÁRIO, F. J. P.; JUNIOR, R. R. F. **A Evolução Recente da Economia Alagoana**. In: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (ORG.). **Alagoas contemporânea: economia e políticas públicas em perspectiva**. Maceió: FAPEAL, 2014.

SILVA, Camila Monaro; MENEZES FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno. **Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira**. São Paulo: Insper, 2016.

SILVA, Fernando Antonio. **Pobreza estrutural globalizada, território brasileiro e política de transferência de renda: o Programa Bolsa Família como evento**. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 1, p. 48-72, 2017.

TNH1. **Alagoas é o Estado com maior taxa de analfabetismo no País, aponta IBGE**. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/alagoas-e-o-estado-com-maior-taxa-de-analfabetismo-no-pais-aponta-ibge/>>. Acesso em 06 de dezembro de 2018. (Depois verificar espaçamento).

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018**. São Paulo: Editora Moderna, 2018. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2018-disponivel-download>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera. **Capital humano e crescimento econômico**. Interações, v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.